UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA
FACULDADE DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS
CURSO DE GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS ECONÔMICAS

ELIELSON LIMA SEIXAS

O MICROCRÉDITO COMO FERRAMENTA DE COMBATE À POBREZA E ÀS DESIGUALDADES SOCIAIS – NA ECONOMIA SOLIDÁRIA – O CASO DO BANCO PALMAS.

SALVADOR

2006

ELIELSON LIMA SEIXAS

O MICROCRÉDITO COMO FERRAMENTA DE COMBATE À POBREZA E ÀS DESIGUALDADES SOCIAIS – NA ECONOMIA SOLIDÁRIA – O CASO DO BANCO PALMAS.

Trabalho de conclusão de curso apresentado no curso de graduação de Ciências Econômicas da Universidade Federal da Bahia, como requisito parcial à obtenção do grau de Bacharel em Ciências Econômicas.

Orientador: Prof. Dr. José Murilo Philigret Baptista

SALVADOR

2006

ELIELSON LIMA SEIXAS

O MICROCRÉDITO COMO FERRAMENTA DE COMBATE À POBREZA E ÀS DESIGUALDADES SOCIAIS – NA ECONOMIA SOLIDÁRIA – O CASO DO BANCO PALMAS.

Orientador: Prof. Dr. José Murilo Philigret Baptista

Apresentada em ...../...../.....

Banca Examinadora

RESUMO

Especialmente a partir dos anos 90, a questão do combate à pobreza e às desigualdades sociais está no cotidiano de varias Nações. No que diz respeito à América Latina, esta situação tem se agravado, devido ao fenômeno da globalização e da adoção de um receituário recessivo imposto pelos organismos internacionais. No Brasil, a pobreza, a concentração da riqueza e as desigualdades sociais são traços marcantes da sociedade. Na Bahia, a análise passa, necessariamente, pela formação étnico-cultural da população baiana bem como pelos surtos de industrialização aqui ocorridos. Nos projetos de combate à pobreza e às desigualdades sociais vem sendo aplicado o conceito de "local" que pode ser uma cidade ou um bairro. Ultimamente vem ganhando destaque o sistema de fornecimento de microcréditos, dentro do conceito de microfinanças, que vai além da simples concessão de crédito, como ferramenta de combate à pobreza. Sob a égide da Economia Solidária, alguns projetos têm sido implementados em alguns paises, dentre eles o Brasil. A economia solidária visa promover uma melhoria estrutural privilegiando os traços culturais, as relações de parentesco, de vizinhança e afetivas. Diante disso os projetos que foram implementados e conduzidos dentro dessa ótica, que obtiveram resultados expressivos, tendem a ser mais eficientes e eficazes, no que diz respeito aos seus resultados, que os projetos convencionais e, certamente, podem ser implementados em outras comunidades semelhantes, com as necessárias adaptações. O Banco Palmas é uma das iniciativas que utilizam o conceito de desenvolvimento local, através das microcrédito, dentro dos conceitos da Economia Solidária.

Palavras Chave: Economia Solidária, Microcrédito, Microfinanças, Desenvolvimento Local, Banco Palmas.

SUMÁRIO

1	**INTRODUÇÃO**	**7**
2	**A POBREZA E AS DESIGUALDADES SOCIAIS**	**12**
2.1	**A SITUAÇÃO DA AMÉRICA LATINA**	**15**
2.2	**A QUESTÃO DA POBREZA NO BRASIL**	**16**
2.2.1	**A questão da pobreza na Bahia**	**18**
3	**DESENVOLVIMENTO LOCAL**	**22**
4	**A ECONOMIA SOLIDÁRIA – UM BREVE HISTÓRICO**	**24**
4.1	**ECONOMIA SOLIDÁRIA COMO ALTERNATIVA DE ENFRENTAMENTO DA POBREZA E DAS DESIGUALDADES SOCIAIS**	**25**
4.2	**AÇÕES INSTITUCIONAIS EM PROL DA ECONOMIA SOLIDÁRIA**	**27**
4.3	**ADVERSIDADES E DESAFIOS ENFRENTADOS PELA ECONOMIA SOLIDÁRIA NO BRASIL**	**28**
5	**DO MICROCRÉDITO ÀS MICROFINANÇAS**	**33**
5.1	**A ORIGEM DO MICROCRÉDITO**	**33**
5.2	**MICROFINANÇA COMO FERRAMENTA DE COMBATE À POBREZA E ÀS DESIGUALDADES SOCIAIS**	**36**

5.2.1 As microfinanças e os empreendimentos associativos no Brasil 39

5.3 ALGUMAS AÇÕES INSTITUCIONAIS EM PROL DAS MICROFINANÇAS NO BRASIL 41

5.3.1 O Banco Popular do Brasil 46

5.4 DESAFIOS ENFRENTADOS PELAS MIROFINANÇAS NO BRASIL 48

6 O BANCO PALMAS 53

6.1 A HISTÓRIA DO BANCO PALMAS 53

6.2 O SISTEMA DE MICROCRÉDITO NO BANCO DE PALMAS 58

6.3 O CARTÃO PALMACARD 60

6.4 OUTRAS INICIATIVAS E AÇÕES DO BANCO PALMAS 60

6.5 PRINCIPAIS DIFICULDADES, LIMITES E DESAFIOS DO BANCO PALMAS 62

7 CONCLUSÃO 65

REFERÊNCIAS 70

1 INTRODUÇÃO

A pobreza e a desigualdade são tão antigas quanto a humanidade (SCHWARTZMAN, 2001). Desde a sua gênese, passando pela revolução industrial, onde os seus efeitos foram analisados sob o ponto de vista do inglês Tomas Malthus[1](1766-1834), em oposição aos pensamentos de Marie Jean Antoine Nicholas de Caritat, Marquês de Condorcet[2] (1743-1794) e do inglês Willian Godwin [3](1756-1836), (HUNT, 1989). A despeito dos aumentos de produção e produtividade conseguidos desde então, este sempre foi um dos traços mais marcantes do sistema capitalista (CASTEL, 1995 apud MAGALHAES, 2001).

Ao longo do século XX, do *welfare state*[4] passando pela Conferência de Bretton Woods[5] até o Consenso de Washington[6], a questão da pobreza e das desigualdades sociais foi debatida segundo as matizes da corrente dominante em cada período. Especialmente a partir da década de 90, várias Nações, desenvolvidas ou em desenvolvimento, puseram na ordem do dia a questão do combate à pobreza e às desigualdades sociais. Economistas, sociólogos, gestores públicos - em todas as esferas de poder -, políticos, entidades públicas e privadas, a Sociedade Civil Organizada e organismos internacionais, de modo geral, têm demonstrado a sua preocupação com esta questão.

---

[1] Escritor e professor de História e Política Econômica elaborou a teoria da população, apresentada em seu livro "Ensaio sobre o Princípio da população", publicado em 1798, Segundo ele, a população crescia em progressão geométrica, com maior rapidez que os meios de subsistência, que cresciam em progressão aritmética.

[2] Matemático, filósofo, professor, enciclopedista e político revolucionista francês sua idéia fundamental era a do progresso contínuo do gênero humano em direção à perfeição apresentada em seu livro *Esquisse d'un tableau historique des progrès de l'esprit humain*, onde propõe a criação de uma "Caixa de Socorro e poupança" para eliminar a pobreza.

[3] filósofo inglês William Godwin, autor de *Political Justice* tinha como certa a perfeição da humanidade e antevia um milênio no qual o homem racional viveria próspera e harmoniosamente, sem necessidade de leis e instituições.

[4] Estado do bem-estar social. Sistema econômico baseado na livre empresa, más com acentuada participação do Estado na promoção de benefícios sociais.

[5] Nome pela qual ficou conhecida a conferência monetária e financeira das Nações Aliadas, realizada em julho de 1944, para planejar a estabilização da economia internacional e das moedas nacionais prejudicadas pela segunda guerra.

[6] Conjunto de recomendações de políticas macroeconômicas decorrentes das reuniões de economistas do FMI, Bird e do Tesouro dos Estados Unidos realizadas em Washington D.C. no início dos anos 90.

Renomados cientistas sociais têm dedicado uma atenção cada vez maior a tais problemas e associam estes acontecimentos às mais variadas patologias sociais, como aumento da violência urbana e aumento da criminalidade, principalmente nas regiões metropolitanas das grandes cidades (IVO, 2003).

Desde 1990 o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), financia a publicação de um relatório - elaborado de forma independente -, denominado Relatório do Desenvolvimento Humano (RDH), cujo objetivo é colher dados para orientar futuras políticas, bem como aferir resultados de políticas anteriormente aplicadas. Em 1997 os autores do Relatório do Desenvolvimento Humano, exultavam o extraordinário resultado da redução da pobreza no século XX. O documento anunciava que a pobreza extrema poderia ser banida do mundo dentro de uma ou duas décadas e apontava um conjunto de países que poderiam consegui-lo dentre eles o Chile, a Malásia, a Coréia do Sul e principalmente a China. Entretanto os autores salientavam que nem todos os indivíduos tinham se beneficiado de forma eqüitativa e que muitos dos países mais pobres e menos desenvolvidos ganharam muito menos do que os países em desenvolvimento, enquanto grupo (RDH, 1997).

Em setembro de 2000, na Cúpula do Milênio promovida pela Organização das Nações Unidas (ONU), os líderes das grandes potências mundiais e os chefes de Estado de 189 países, dentre eles o Brasil, definiram oito objetivos que apontam para ações em áreas prioritárias para a superação da pobreza. Tais objetivos, chamados de Objetivos de Desenvolvimento do Milênio, apresentam oito metas que deverão ser alcançadas, em sua maioria até 2015, dentre elas erradicar a pobreza extrema e a fome (PNUD, 2006a).

O Relatório do Desenvolvimento Humano de 2005 fez o balanço dos primeiros cinco anos do lançamento dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio, concluindo que houve alguns progressos importantes do desenvolvimento humano, a pobreza diminuiu e os indicadores sociais melhoraram, porém a maioria dos países está fora do caminho para a maior parte dos objetivos do milênio, e estes, só poderão ser alcançados em 2015, se houver um grande empenho por parte dos governantes nos aspectos de desenvolvimento, comércio internacional e segurança. O relatório afirma ainda que, apesar de mais de 130 milhões de pessoas terem escapado da pobreza

extrema, ainda há inúmeros problemas com a distribuição da renda, segurança - dentro e fora dos limites dos Estados Nacionais -, doenças (como a AIDS), mortalidade infantil dentre outros (RDH, 2005). Neste contexto vem ganhando notoriedade o conceito de desenvolvimento local e sustentado, em oposição ao centralismo econômico e social. Este conceito está alicerçado em alguns princípios, articulados entre si, que definem as condições para as transformações econômicas e sociais da realidade local.

Na América Latina a questão da pobreza e das desigualdades sociais ganha contornos interessantes. Esta é a região com maior desigualdade com a distribuição de renda menos eqüitativa do mundo e que durante longos períodos foi marcada por baixos índices de crescimento econômico, não sendo capaz de melhorar a distribuição da renda bem como gerar uma quantidade de empregos que permitisse aos seus trabalhadores sair da pobreza e ter acesso a serviços adequados de saúde, educação e alimentação. Em um relatório, coordenado pela CEPAL, lançado em junho de 2005, seus autores afirmam que a melhoria dos níveis de vida dos pobres que habitam a região está diretamente ligada à melhoria na sua distribuição de renda e mudanças institucionais que coloquem as políticas sociais no centro da estratégia de desenvolvimento com investimentos em infra-estrutura e capital humano, mediante programas sociais (CEPAL, 2005).

O Brasil, nos últimos anos, está avançando mais rapidamente que a média dos países da América Latina e Caribe na maioria dos indicadores listados nos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio. No que diz respeito à distribuição de renda o país possui uma das mais díspares da América Latina, fato que vem sendo atenuado por propostas que visam combater a fome e a pobreza, diminuindo as desigualdades e assimetrias, através de mecanismos financeiros inovadores (CEPAL, 2005). O combate à pobreza e às desigualdades deve ser feito, imprescindívelmente, através de medidas macroeconômicas, que acelerem o crescimento da economia e façam crescer o produto e a renda, acompanhadas de políticas públicas de redistribuição, que por sua vez não devem ser limitadas a meras transferências monetárias, é preciso mobilizar as comunidades marginalizadas, e fomentar a organização, a cooperação e a solidariedade entre os seus moradores (SINGER, 2002).

A concessão de empréstimos de pequena monta a pequenos empreendedores informais e microempresas, que não têm acesso ao sistema formal de crédito, principalmente por não poderem oferecer garantias reais, o chamado microcrédito[7], é um eficaz mecanismo financeiro, não assistencialista, de combate à pobreza e desigualdades sociais, já usado em vários países, inclusive no Brasil, com o reconhecimento e aval de organismos internacionais. Esta forma de enfrentamento da questão possibilita maior formalização e a geração de emprego e renda (PALOCCI, 2003). Atualmente o conceito de MC vem se ampliando no sentido de um sistema de microfinanças que atua nas duas extremidades a captação e a oferta dos recursos pecuniários, provendo os cidadãos de uma gama maior de serviços financeiros, dentre os quais, empréstimos, poupança e seguros. Outros avanços são: a possibilidade de oferta de tarifas e juros mais baixos, e, certamente, índices de inadimplência mais baixos, por serem os empreendimentos de microfinanças geridos pelos próprios empreendedores (PRIMAPAGINA **apud** PNUD, 2006b).

No debate acerca do combate à pobreza e às desigualdades vem sendo ressaltada uma alternativa de enfrentamento da questão que valoriza os laços culturais, as relações afetivas de parentesco e vizinhança, através de empreendimentos produtivos autogestionários e autosustentados, articulando iniciativas mercantis - venda de produto ou serviço-, não-mercantis – financiamento subsidiado - e não-monetárias - trabalho voluntário-, que podem ainda servir de modelo para outras iniciativas, gerando emprego e renda, a chamada Economia Solidária[8] (FRANÇA, 2002). A economia solidária compreende uma diversidade de práticas econômicas e sociais organizadas sob a forma de cooperativas, associações, empresas autogestionárias, redes de cooperação, complexos cooperativos, entre outros, que realizam atividades de produção de bens, prestação de serviços, finanças solidárias, trocas, comércio justo e consumo solidário. A partir da década de 90 houve um aumento considerável dos empreendimentos de ES - em 2005 já somavam mais de dez mil -, aproximadamente 65% dos empreendimentos de ES foram criados entre 1990 e 2005, empregando mais 600 mil trabalhadores tanto na zona urbana quanto na zona rural (SILVA; SCHIOCHET; BERTUCCI, 2005).

Dentre as iniciativas de ES no Brasil uma das mais conhecidas é o Banco Palmas. Fundado em 1998, é um dos projetos de economia solidária mais bem sucedidos do país. A iniciativa consiste em um sistema integrado de Microcréditos que organiza e articula os moradores do Conjunto

[7] Usarei a expressão MC, no lugar de microcrédito, para não sobrecarregar o texto.
[8] Usarei a expressão ES, no lugar de Economia Solidária, para não carregar o texto.

Palmeira, através da sua associação de moradores - Associação de Moradores do Conjunto Palmeira (ASMOCONP). Situado em um bairro periférico, habitado por 30 mil pessoas, localizado em Fortaleza-CE, o empreendimento é totalmente administrado dentro da lógica da ES, indo muito além do simples ato de concessão do crédito, os seus associados produzem e consomem, preferencialmente, no próprio bairro. O objetivo do banco é promover o desenvolvimento local e solidário do Conjunto Palmeira, a baixo custo e de forma sustentável, melhorando a qualidade de vida de seus moradores (AGÊNCIA SEBRAE DE NOTICIAS, 2005). Desde a sua fundação o Banco Palmas já abriu seis empresas comunitárias, criou uma moeda e um cartão de crédito próprios, gerando vários postos de trabalho, sendo considerado por alguns especialistas como um dos projetos mais exitosos no campo das finanças comunitárias, difundindo a sua metodologia, através de parcerias com entidades públicas, para a criação de outros bancos comunitários por todo o país (TOSCANO, 2006).

O trabalho divide-se em sete seções, incluindo esta introdução. A seção dois faz uma conceituação da pobreza, traçando um panorama da questão na América Latina, no Brasil e na Bahia. A seção três aborda as características e os aspectos do conceito de desenvolvimento local. A seção quatro busca a origem do conceito de ES e discute a possibilidade de enfrentamento da questão da pobreza e das desigualdades sociais segundo os seus princípios, analisando as recentes ações institucionais em seu favor, bem como as adversidades enfrentadas pela mesma no Brasil. A seção cinco faz um retrospecto acerca da origem do sistema de microcrédito no mundo, particularmente no Brasil, observando as recentes mudanças em direção a um sistema de microfinanças, analisando algumas ações institucionais em seu favor bem como os desafios e as dificuldades que restringem a sua expansão no Brasil. A seção seis analisa uma das mais bem sucedidas experiências de ES, que se enquadram dentro do conceito de desenvolvimento local, e utilizam o microcrédito como ferramenta de combate à pobreza e às desigualdades sociais – o chamado Banco Palmas - analisando suas principais dificuldades, limites e desafios. A seção sete encerra este trabalho buscando apontar qual o modelo de instituição mais adequado para oferta de microcrédito – dentro do conceito de microfinanças – que esteja em sintonia com o conceito de desenvolvimento local, e além disso esteja centrada nos valores e práticas da ES.

2 A POBREZA E AS DESIGUALDADES SOCIAIS.

A questão da pobreza e das desigualdades sociais tem levado ao debate, diversos segmentos da sociedade. A despeito das consideráveis conquistas tecnológicas, do crescimento da renda mundial e do avanço da internacionalização do capital, nos últimos tempos, não houve melhoria significativa nos padrões de distribuição dos excedentes gerados. As benesses produzidas pelo processo de desenvolvimento econômico não se têm traduzido em uma melhoria equânime para o conjunto da população e em alguns casos, tais avanços, têm, de certa forma, piorado a situação, ampliando de forma significativa o número de pessoas que não têm acesso ao mínimo de qualidade de vida e cidadania, assim é possível dividir a sociedade em dois segmentos: um pequeno grupo que tem acesso a todas as conquistas e avanços socioeconômicos e um grupo, muito maior que o primeiro, que se encontra num estágio de precariedade compatível com os níveis do início do século passado (IVO, 2003; VELTMEYER; PETRAS, 2000 apud LIMA, 2003a).

> A pobreza maciça e a desigualdade obscena são flagelos tão grandes dos nossos tempos – tempos em que o mundo se gaba de progressos extraordinários na ciência, tecnologia, indústria e na acumulação de riqueza – que têm de ser colocados ao lado da escravatura e do *apartheid* como males sociais (MANDELA apud RDH, 2005).

Até a década de 1970 a pobreza era entendida e estava relacionada à renda ou de falta desta. Ser pobre significava que não se dispunha de meios econômicos para pagar uma dieta alimentar ou uma habitação, adequadas. Na década de 1970, a Organização Internacional do Trabalho (OIT) ampliou o conceito de pobreza, e esta passou a ser entendida também como incapacidade de satisfazer as necessidades básicas. Nas décadas de 1980 e 1990, o conceito sofreu mais mudanças, ao serem considerados aspectos não monetários como o isolamento, a impotência,

vulnerabilidade e falta de segurança, bem como a capacidade e a aptidão das pessoas para sentir bem-estar.

	Desenvolvimento Humano	Neoliberalismo	Necessidades Básicas
Raciocínio Filosófico para princípios normativos – explícito?	Explícito	Implícito	Não especificado
Conceito de bem-estar:	Funcionamentos e capacidades	Utilidade	Satisfazendo necessidades básicas
Aspecto avaliativo			
Critério principal para avaliar progresso de desenvolvimento	Capacidades humanas; igualdade de resultados, justiça e eqüidade em arranjos institucionais	Bem-estar econômico, crescimento econômico, eficiência	Redução da pobreza em termos de renda, e acesso a serviços sociais básicos
As ferramentas de medição favoreceram	Resultados humanos, medidas distributivas e deprivativas	Atividade e condição econômica, médias e medidas agregadas	Acesso ao material significa;medidas derivativas
Aspecto agência: Pessoas em desenvolvimento como meta e/ ou meio	Fins e meios: beneficiários e agentes	Meios: Recursos Humanos para atividade econômica	Fins: Beneficiários
Mobilizando agência	Ação individual e ação coletiva	Ação individual	?
Estratégia de desenvolvimento-objetivos operacionais básicos	Expandindo as escolhas das pessoas (social, econômica, política)	Crescimento econômico	Expandindo serviços sociais básicos
Preocupação política com distribuição de benefícios e custos	Ênfase na igualdade e nos direitos humanos de todos os indivíduos	Preocupação com a pobreza	Preocupação com a pobreza
Preocupação política com direitos humanos e liberdades	Finalidade última com valor intrínseco. Preocupação política	Nenhuma conexão explícita. Procura atual por conexão entre liberdade política e civil , e com crescimento econômico	Nenhuma conexão explícita

Quadro 1 – Comparando as características chaves do enfoque de desenvolvimento humano com a alternativa Neoliberal e o antecedente de Necessidades Básicas.
Fonte: (FUKUDA-PARR, 2002).

A mudança na conceituação da pobreza está centrada nas idéias do economista Amartya Kumar Sen[9], que afirma que o desenvolvimento deve ser mensurado a partir do grau de liberdade a qual os indivíduos estão submetidos, descartando a noção de padrão de vida como opulência ou riqueza, ou ainda como utilidade, quer no sentido de prazer, satisfação do desejo ou escolha. Entre as privações de liberdade estão a pobreza e tirania, carência de oportunidades econômicas e destituição social sistemática, negligência dos serviços públicos e intolerância ou interferência exercida dos Estados repressivos. Sen afirma que a pobreza é uma das formas de privação da liberdade, na medida que restringe ou nega as escolhas e oportunidades dos indivíduos (SEN, 2000; KERSTERNETZKY, 2000).

> Uma concepção adequada de desenvolvimento deve ir muito além da acumulação de riqueza e do crescimento do Produto Nacional Bruto e de outras variáveis relacionadas à renda. Sem desconsiderar a importância do crescimento econômico, precisamos enxergar muito além dele [...] O desenvolvimento consiste na diminuição de privações de liberdade que limitam as escolhas e as oportunidades das pessoas de exercer ponderadamente sua condição de agente. A eliminação de privações de liberdades substanciais argumentadas aqui, é constitutiva do desenvolvimento. [...] Com oportunidades sociais adequadas, os indivíduos podem efetivamente moldar o seu próprio destino e ajudar uns aos outros. Não precisam ser vistos, sobretudo como beneficiários passivos de engenhosos programas de desenvolvimento. Existe, de fato, uma sólida, base racional para reconhecermos o papel positivo da condição de agente livre e sustentável [...] O processo de desenvolvimento, nessa visão, não difere em essência da história do triunfo sobre essas privações de liberdade. Embora essa história não seja de modo algum desvinculada do processo de crescimento econômico e de acumulação de capital físico e humano, seu alcance e abrangência vão muito além dessas variáveis (SEN, 2000 p. 10, 28, 49).

Inspirado pela obra de Sen, o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) introduziu indicadores de progresso e de carência que se centram na pobreza, sob uma perspectiva de desenvolvimento humano. Atualmente a pobreza e encarada como a negação das escolhas e oportunidades de ter uma vida tolerável.

[9] Economista indiano premiado em 1998 com o prêmio Nobel em Ciência econômica por suas contribuições a área de economia do bem-estar social, escolha social e pelo seu interesse nos problemas relativos aos membros mais pobres da sociedade.

Segundo a Organização das Nações Unidas (ONU) a pobreza pode ter distintos conceitos, consequentemente, diferentes formas de sulução. O conceito mais amplo é a linha de pobreza. Atualmente, há 2,5 bilhão de pessoas recebendo menos de dois dólares americano por dia, o que representa 40% da população mundial.

Mas há também, com base nos conceitos de Sen, a pobreza não relacionada à renda, o que inclui:

- não receber serviços decentes e acessíveis (educação, saúde, água, saneamento);
- não ter oportunidade de acesso a infraestrutura decente e acessível (rodovias, transporte, eletricidade, telefones, rádio, TV e Internet);
- ser incapaz de realizar seus talentos empreendedores, por carência de acesso a informação, tecnologia, mercado e serviços financeiros;
- não se sentir seguro em casa, não confiar nos sistemas legal e político, ou não se sentir capaz de influenciar o que acontece em sua vida (RDH, 2005; ODM, 2002).

Apesar da discreta queda da pobreza (a percentagem da população mundial que vive com menos de um dólar por dia caiu de 29% para 24% entre 1990 e 1998), houve um considerável aumento das desigualdades sociais no final do século: as desigualdades mundiais de renda eram de aproximadamente 3 para 1 em 1820, de 35 para 1 em 1950, de 44 para 1 em 1973 e de 72 para 1 em 1992 (RDH, 2000).

2.1 A SITUAÇÃO DA AMÉRICA LATINA

A quase totalidade dos países da América Latina vive, uma condição de pobreza e desigualdades sociais. Nesta região estas características têm causas históricas e culturais intimamente ligadas ao seu modo de inserção no cenário econômico mundial (LIMA, 2003a).

Nas últimas décadas esta situação tem se agravado devido ao fenômeno da globalização e da adoção por parte dos governos locais do receituário imposto pelos organismos internacionais. Segundo dados da CEPAL (2005), em 2002 44,0% da população latino-americana estava situada abaixo da linha de pobreza e 19,4% estava abaixo da linha de indigência. Segundo o RDH (1997), o Banco Mundial sugere a linha de pobreza de dois dólares americanos para a América Latina e Caribe. Estes dados estatísticos, que são visíveis em muitos países latino-americanos, têm levado os governos, instituições privadas, organismos internacionais e a sociedade de modo geral, nestes países, a debaterem a questão da pobreza e das desigualdades sociais (LIMA, 2003a).

Limitada por um baixo crescimento durante longos períodos, a América Latina foi incapaz de melhorar a distribuição da renda e o acesso a ativos produtivos, impedindo que um grande número de seus habitantes saísse da pobreza e tivesse acesso a serviços adequados de saúde, educação e, inclusive, alimentação. Em 2005, 222 milhões dos latino-americanos e caribenhos eram pobres, dos quais 96 milhões viviam na indigência, ou 18,6% da população. Para reduzir à metade a pobreza extrema e a fome na região até 2015, é preciso um crescimento econômico sustentado anual a taxas de 2,9%, em média por habitante, na próxima década (CEPAL, 2005).

A persistência das condições de pobreza, desigualdades sociais e desemprego, de uma considerável parcela da população, motivadas pelas baixas e voláteis taxas de crescimento econômico, a partir da década de 80, levou a um consenso na região acerca da impossibilidade de encontrar uma solução rápida, bem como da urgência no aprofundamento da discussão acerca destas questões. Esta condição direcionou as iniciativas públicas no sentido de implementar projetos que produzissem efeito em curto prazo, sem entretanto, oferecer às famílias uma solução para que, no longo prazo, saíssem da pobreza por seus próprios meios. Nos últimos anos, essas intervenções foram complementadas por uma nova geração de iniciativas que combinam o alívio imediato da pobreza com o fortalecimento do capital humano das novas gerações, os chamados Programas de Transferências Condicionadas (PTC), que vinculam a ajuda monetária a requisitos educacionais ou de saúde - a exemplo do Bolsa Família no Brasil e o programa “Oportunidades” no México. Os programas sociais que apontam para a superação da pobreza não devem orientar-se tão-somente para o atendimento de urgências em curto

prazo, devem sobretudo privilegiar as relações sociais existentes nas comunidades, nas quais se vai intervir, fomentando a interação dos seus membros, nas decisões a serem tomadas, considerando as suas dinâmicas e seus processos de autogestão (CEPAL, 2006).

> [...] a persistência das condições de pobreza ou indigência de segmentos significativos da população levou a um consenso na região acerca da impossibilidade de encontrar uma solução rápida, bem como à concordância em relação à necessidade de captar a complexidade da pobreza em suas distintas expressões. Isso se deve tanto à volatilidade econômica como às deficiências de capital humano e às restrições para a criação de empregos estáveis e de qualidade. Esses fatores contribuem para que determinadas atividades públicas produzam um efeito a curto prazo, sem, entretanto, oferecer às famílias uma solução legítima para que, no longo prazo, saiam da pobreza por seus próprios meios (CEPAL, 2006).

2.2 A QUESTÃO DA POBREZA NO BRASIL

Uma das características mais marcantes da sociedade brasileira é a desigualdade socioeconômica, segundo o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD). Em 2003, o Brasil era o oitavo país em desigualdade social, na frente apenas da latino-americana Guatemala, e dos africanos Suazilândia, República Centro-Africana, Serra Leoa, Botsuana, Lesoto e Namíbia, segundo os critérios do coeficiente de Gini[10], (parâmetro internacionalmente usado para medir a concentração de renda). Segundo o documento, no Brasil, 46,9% da renda nacional concentrava-se nas mãos dos 10% mais ricos, já os 10% mais pobres ficavam com apenas 0,7% da renda - na Guatemala, por exemplo, os 10% mais ricos ficavam com 48,3% da renda nacional, enquanto na Namíbia, o país com o pior coeficiente de desigualdade, os 10% mais ricos ficavam com 64,5% da renda -, o coeficiente de Gini neste ano foi de 0,593. No Relatório de Desenvolvimento Humano (RDH) 2004, o Brasil possuía um Índice de Desenvolvimento Humano (IDH)[11] de 0,775, e estava na 72ª colocação entre 177 territórios, colocando o país na parte superior do grupo dos países com desenvolvimento humano

[10] O Coeficiente de Gini é uma medida de desigualdade desenvolvida pelo estatístico italiano Corrado Gini, comumente utilizado para calcular a desigualdade de distribuição de renda. Consiste em um número entre 0 e 1, onde 0 corresponde à completa igualdade de renda (onde todos têm a mesma renda) e 1 corresponde à completa desigualdade (onde uma pessoa tem toda a renda, e as demais não têm nada).

[11] O IDH, que foi Criado por Mahbub ul Haq com a colaboração do economista indiano Amartya Sen, mede o nível de desenvolvimento humano dos países utilizando como critérios indicadores de educação (alfabetização e taxa de matrícula), longevidade (esperança de vida ao nascer) e renda (PIB per capita). O índice varia de zero (nenhum desenvolvimento humano) a um (desenvolvimento humano total).

médio (de 0,500 a 0,800). Fez parte do ranking deste ano 175 países, além de Hong Kong (China) e o Território Palestino Ocupado (ZIMMERMANN; SPITZ, 2005).

No Brasil as questões que envolvem o combate à pobreza e às desigualdades sociais ganharam destaque, após a década de 80 – chamada década perdida - e a sucessão de planos de estabilização econômica, de cunho neoliberal, durante a década de 1990. Desde o período colonial, passando pelas tentativas de aumento da inserção do país no cenário econômico mundial, até os dias atuais, a pobreza de uma grande parcela da população, a grande concentração da riqueza e as desigualdades sociais, são traços marcantes da sociedade brasileira.

Por esta perspectiva, no Brasil, algumas questões merecem destaque:

- mecanismos de financiamento do desenvolvimento e critérios de acesso aos recursos;
- integração social dos jovens;
- necessidade de integração e sinergia entre os diversos programas e ações sociais deflagradas pela União, estados e municípios e no próprio âmbito do governo estadual;
- metodologias participativas de avaliação de impacto das iniciativas de combate à pobreza;
- papel da economia solidária e importância da participação comunitária no processo de elaboração, gestão e avaliação das políticas públicas (GUIMARÃES, 2003).

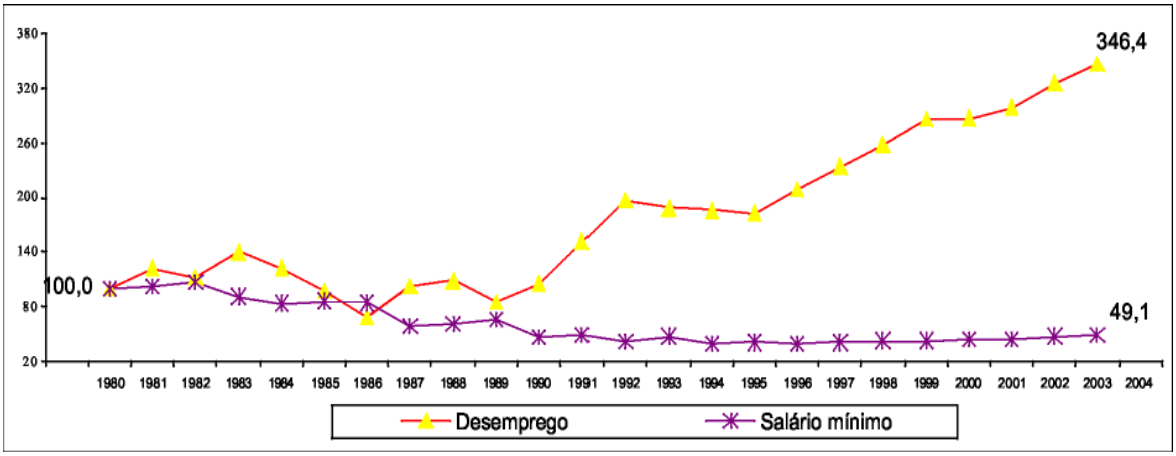

Gráfico 1- Brasil: Evolução dos índices de desemprego e do salário mínimo real (1980 = 100,0)

Fonte: IBGE/PNAD ajustada e DIEESE

2.2.1 A questão da pobreza na Bahia

Na Bahia, a análise da pobreza e das desigualdades sociais, passa, necessariamente, pela formação étnico-cultural da população baiana bem como pelos surtos de industrialização aqui ocorridos.

> [...] focalizando o fundamento econômico da questão social, situando a pobreza atual em sua origem na formação do capital agromercantil escravista. Os impulsos restritos de industrialização, ocorridos nesta parte do país desde fins do séc. XIX, indiretamente teriam contribuído para agravar esse quadro, ao concentrar a população em poucos centros urbanos e frustrar expectativas de emprego. Está claro que não se trata de problema conjuntural nem restrito a problemas específicos de desemprego, senão da manifestação extrema de um trajeto histórico de formação de um sistema de produção baseado em exploração incontrolada do trabalho. (PEDRÃO, 2003 p. 237).

Nas últimas duas décadas as desigualdades sociais e a pobreza pioraram na Bahia, muito embora tenha havido um ligeiro aumento na renda per capita. Seguindo uma tendência nacional, na maioria dos estados do Nordeste o crescimento, com desigualdade, se deu de tal forma que, ainda assim, foi benéfico para as pessoas mais pobres. Na Bahia, mesmo com o aumento, a piora na distribuição fez com que os níveis de pobreza e desigualdade permanecessem estáveis, sendo o Estado uma das poucas exceções. Nesse período o Estado caiu da segunda maior renda per capita do Nordeste e a nona pior do país, passando a ter a quinta pior renda do Brasil. O pequeno

crescimento na renda favoreceu tão somente aos mais ricos, a renda média dos mais pobres caiu ao longo destes anos.

No que tange à desigualdade a Bahia teve um desempenho melhor que os outros estados do Nordeste porém, continuou entre os dez piores estados com relação à distribuição de renda, não existindo país no mundo com distribuição igual à baiana (OSÓRIO: MEDEIROS, 2003).

Com relação à redução da pobreza, a Bahia, apresentou resultados medíocres, não foi capaz de melhorar a situação dos seus pobres, caindo inclusive de posição na classificação dos estados mais pobres, em 1999 encontrava-se entre os cinco estados mais pobres (OSÓRIO: MEDEIROS, 2003). Entre 1991 e 2000 a renda per capita média do Estado cresceu 33,81%, passando de R$ 119,71 em 1991 para R$ 160,19 em 2000, a pobreza diminuiu 17,48%, passando de 67,0% em 1991 para 55,3% em 2000, e a desigualdade cresceu: o Índice de Gini passou de 0,66 em 1991 para 0,67 em 2000 (ATLAS DO DESENVOLVIMENTO HUMANO BRASIL 2000, 2003).

Segundo dados do IBGE (2004), em 2003 a Bahia possuía o segundo maior índice de desemprego da região nordeste com 9,8% da População Economicamente Ativa (PEA), estando à frente somente de Pernambuco com 10,6%. Nos últimos 3 anos a Região Metropolitana de Salvador vem apresentando o maior índice de desemprego do Brasil, dentre as 6 regiões metropolitanas pesquisadas, (IBGE, 2006).

Tabela 1 - Taxa de desocupação – média mensal

	Total	Recife	Salvador	Belo Horizonte	Rio de Janeiro	São Paulo	Porto Alegre
2003	12,3	13,8	16,7	10,8	9,2	14,1	9,5
2004	11,5	12,7	16,0	10,6	9,0	12,6	8,6
2005	9,8	13,2	15,5	8,8	7,7	10,2	7,4

Fonte: IBGE, 2006.

Diante deste cenário, e atendendo demandas sociais crescentes, no ano de 2001, foi criada pelo Governo do Estado, através da Lei n° 7.988/01, a Secretaria de Combate à Pobreza e às Desigualdades Sociais (SECOMP), que possui características que estão em consonância com o pensamento vigente no Brasil e no mundo acerca deste assunto:

- Um modelo de financiamento centrado no Fundo Estadual de Combate à Pobreza (FUNCEP), de natureza contábil, cujos recursos devem ser aplicados exclusivamente em despesas finalísticas. Gerido por um Conselho de Políticas de Inclusão Social, o FUNCEF é composto fundamentalmente pelo produto da arrecadação equivalente a 2% do ICMS, auxílios subvenções e legados de pessoas físicas ou jurídicas, dotações da Lei Orçamentária Anual (LOA) e receitas decorrentes da aplicação de seus próprios recursos;

- A transversalidade: a secretaria não executa programas, apoiando, acompanhando e fomentando iniciativas na esfera social;

- A focalização da pobreza: o órgão assumiu a tarefa de construir um sistema de identificação e acompanhamento dos domicílios pobres;

- A articulação: o órgão se articula a iniciativas que partem da sociedade civil, potencializando-as e formando capital social;

- A formulação de um plano de combate à pobreza e às desigualdades sociais, discutido junto à sociedade, com metas quantitativas e qualitativas a serem inseridas no PPA do Estado (BAPTISTA, 2003).

As ações da SECOMP são levadas a cabo com a implementação de medidas de natureza compensatória, estrutural e de apoio a grupos vulneráveis específicos da sociedade, através de projetos e programas. Como por exemplo:

- AVICULTURA FAMILIAR – (SECOMP) \ Universidade do Sudoeste do Estado \ Prefeituras Municipais.

- FAMILIA PRODUTIVA - (SECOMP)\ Órgãos federais, estaduais e municipais\ universidades\ Ongs\ instituições financeiras\ movimentos sociais\ entidades de classe.

- BOAPESCA – (SECOMP)\ Bahia Pesca (Secretaria de Agricultura, Irrigação e Reforma Agrária)\ Fundipesca (Fundação para o Desenvolvimento de Comunidades Pesqueiras)\ Fundação Dom Avelar Brandão Vilela \ Federação dos Pescadores do Estado da Bahia\ Associações e colônias de marisqueiras e pescadores artesanais.

- ONG FORTE / BANCO DE PROJETOS - UNEB (Universidade do Estado da Bahia)\ UEFS (Universidade Estadual de Feira de Santana)\ UFBA: (Universidade Federal da Bahia)\ UESC (Universidade Estadual de Santa Cruz)\ UESB (Universidade do Sudoeste da Bahia)\ FLEM (Fundação Luís Eduardo Magalhães)\ APL Uruguai\ Projeto Viva Nordeste\ Projeto Berimbau (BAHIA, 2005).

3 DESENVOLVIMENTO LOCAL

No atual debate acerca do combate à pobreza e às desigualdades sociais vem ganhando destaque o conceito de desenvolvimento local, em oposição ao centralismo econômico e social. Sua origem é na década de1970, más ganhou impulso após a ECO-Rio 92. O conceito refere-se a municípios, microrregiões, bacias hidrográficas, bairros populares de grandes metrópoles ou outras frações localizadas do tecido social. Está alicerçado em quatro grandes pilares, articulados entre si, que definem as condições para as transformações econômicas e sociais estabelecendo vínculos econômico-produtivos, sociais, político-institucionais e ambientais, entre

os indivíduos para um efetivo processo de transformação da realidade local.

Os quatro pilares do desenvolvimento local são:

- A melhoria dos recursos humanos do território - representa o elemento que proporciona a sustentabilidade de todo o processo.

- A organização social - trata da geração de capital social, do fortalecimento da sociedade e da criação de espaços institucionais com organizações capazes e motivadas para discutir seus projetos de forma efetiva.

- A gestão social - representa a sociedade gerindo seus próprios recursos de forma participativa, desconcentrada e descentralizada, com responsabilidade compartilhada na formulação, implantação e gerenciamento de projetos construídos coletivamente.

- O empreendedorismo - representa a criatividade, a competência coletiva e individual e a capacidade de agir, em função da vocação local em atividades econômicas, a partir de tecnologias adequadas à realidade, à preservação do meio ambiente e valorização da cultura regional (TURNES, 2004).

A crescente fragilidade social e econômica de algumas localidades – comunidades, bairros, etc.- tem tornado freqüente a utilização de metodologias de planejamento que buscam o crescimento sustentável destas regiões através do envolvimento dos atores locais capacitados, articulados por meio de parcerias com entidades públicas e privadas, produzindo sintetizando e difundindo os conhecimentos adquiridos ao longo do processo, em quatro dimensões:

- Dimensão social – capacidade de criar condições de mobilização e articulação para incorporar os diferentes atores sociais e agentes produtivos locais na discussão do desenvolvimento sustentável do território;

- Dimensão econômica – capacidade de identificar, planejar e alavancar processos produtivos baseados em estratégias de cooperação competitiva;

- Dimensão ambiental – condições educativas e materiais que preservem o meio ambiente, os recursos naturais e a capacidade produtiva da base física como indispensáveis à promoção do desenvolvimento sustentável;

- Dimensão político-institucional – capacidade de estimular processos de gestão social de natureza participativa que fortaleçam as instituições e organizações locais e garantam maior efetividade e sustentabilidade a políticas de desenvolvimento para o território (TURNES, 2004).

> Desenvolvimento local sustentável é um processo de transformação da realidade que se preocupa essencialmente com a melhoria da qualidade de vida e bem-estar social da população local, a conservação do meio ambiente e a participação ativa, organizada e democrática da população a fim de que essa possa garantir a sua sustentabilidade. (TURNES, 2004 p.11).

4 A ECONOMIA SOLIDÁRIA – UM BREVE HISTÓRICO.

O conceito de ES tem sua origem na Europa, no início do século XIX. A ES nasceu como uma reação aos efeitos colaterais, perversos, da economia de mercado, do capitalismo em expansão, o aumento da miséria e da pobreza. Em virtude dessa situação alguns teóricos, operários e agricultores se reuniram para tentar mostrar que, paralelamente à economia de mercado, podia

existir outra forma de organizar a produção, e que, esta nova forma de organização, estaria alicerçada pela força dos valores solidários (FRANÇA FILHO; LAVILLE, 2004).

Ao longo da segunda metade do séc. XIX o movimento de ES tem sua fisionomia modificada ganhando contornos de um movimento de redistribuição assegurada pelos poderes públicos que impunham lógicas funcionais de especialização e de profissionalização gestionária, tomadas emprestadas das empresas mercantis da época. Este movimento consolidou-se a partir do início do séc. XX, e os empreendimentos de economia solidária desvirtuaram-se dos seus propósitos iniciais: as cooperativas inserem-se na economia de mercado, quase como se fossem empresas capitalistas e as entidades mutualistas são quase que integralmente absorvidas pelo Estado. Durante um longo período o conceito original de ES é obscurecido e em seu lugar desenvolve-se uma economia social altamente institucionalizada funcionando como uma espécie de departamento do aparelho estatal (FRANÇA FILHO, 2002).

Nos últimos 30 anos a ES vem retomando seus aspectos originais adaptados a atual conjuntura econômica e anseios dos potenciais beneficiários das suas práticas, evidenciando o seu caráter político e social. A nova definição de ES traz consigo a possibilidade de escolha de um projeto político de sociedade que não está centrado nem no Estado nem no mercado, porém articulando-se, de forma independente, com estas duas entidades, dentro de uma dinâmica própria centrada nos seus valores essenciais.

> Trata-se aqui de um dos traços característicos do fenômeno chamado hibridação de economias, isto é, a possibilidade de combinação de uma economia mercantil, não-mercantil e não-monetária, isso porque, nessas iniciativas de economia solidária, em geral existem, ao mesmo tempo: venda de um produto ou prestação de um serviço (recurso mercantil); subsídios públicos oriundos do reconhecimento da natureza de utilidade social da ação organizacional (recurso não-mercantil); e trabalho voluntário (recurso não-monetário). [...] Portanto o motor de geração de atividades econômicas ou de criação de oferta não é a lógica da rentabilidade do capital investido na ação mais o desejo de atendimento das reais necessidades/demandas exprimidas pelos grupos locais. A idéia de economia solidária reflete assim a própria ação desses grupos locais na sua tentativa de autogeração de riqueza, ou seja, de tentativa de resolução das suas problemáticas sociais (FRANÇA FILHO, 2002 p. 13).

4.1 ECONOMIA SOLIDÁRIA COMO ALTERNATIVA DE ENFRENTAMENTO DA POBREZA E DAS DESIGUALDADES SOCIAIS.

No atual debate acerca do combate à pobreza e às desigualdades sociais vem tomando corpo o novo conceito de ES, que tem sido ressaltada como alternativa de enfrentamento do problema. Economistas e sociólogos apontam, já de algum tempo, o surgimento dessa nova economia, composta por pequenas atividades econômicas formais e informais que surgem nas camadas populares da sociedade e que podem servir de modelo de enfrentamento da questão da pobreza e das desigualdades sociais. Esta proposta, trás no seu bojo, a solidariedade existente entre indivíduos de uma mesma comunidade, no que diz respeito à execução de algumas atividades.

> [...] Em princípio, pode-se dizer que a ES nasce de uma realidade em curso; essa construção conceitual baseia-se numa prática emergente do povo, das próprias camadas empobrecidas [...] Muitas vezes, a literatura disponível consiste em descrições de casos que estão acontecendo (suas virtudes e dificuldades) e que devem servir de inspiração para outras comunidades. A estratégia da ES fundamenta-se no reforço das iniciativas existentes e na sua implementação em outros locais. O fortalecimento da proposta adviria então dessa disseminação, até que se chegasse à construção de um caminho alternativo para o desenvolvimento. Com isso, pode-se dizer que a ES propõe uma realidade a ser implementada “de baixo para cima (LIMA, 2003a p. 59-60).

Diante disso os programas ou projetos que foram implementados e conduzidos sob a égide da ES, em princípio, tendem a ser mais exitosos, no que diz respeito aos seus resultados, que os programas ou projetos convencionais, pois os primeiros têm os seus atores ligados por elos motivacionais e subjetivos mais fortes, enquanto os outros os elos que os une são impositivos (SOBRADO, 2000 apud LIMA, 2003a). A dinâmica da construção do empreendimento solidário leva ao aprendizado e desenvolvimento de saberes que podem ser disseminados, auxiliando na condução de outras experiências, em outras comunidades que guardem alguma semelhança, especialmente de ordem socioeconômica e geográfica, com os experimentos originais (LIMA, 2003a).

Ainda não há consenso acerca das interações da ES com o sistema econômico vigente, alguns autores afirmam que a ES “não pode funcionar sem mercado, não pode ser antimercado” (CORAGGIO, 2002) e outros autores afirmam que “para que possamos abordar a economia

solidária, precisamos romper com a uma concepção que reduziu a economia, a uma economia de mercado e reconhecer que a economia real tem uma base de pluralidade de princípios econômicos" (LAVILLE, 2003). Apesar das divergências quanto aos limites e interações com o sistema vigente, os teóricos da ES concordam que esta não pode ser confundida com a economia da sobrevivência. Os seus defensores a vêem como uma nova forma de organização do trabalho, disseminada dentre as comunidades menos favorecidas, a partir da força da solidariedade, tendo como finalidade promover uma melhoria estrutural na vida das pessoas, desenvolvendo as suas capacidades, ampliando ou, em alguns casos, criando perspectivas de integração social para uma determinada parcela da população, observando-se os traços culturais, as relações de parentesco, de vizinhança e afetivas. Diferentemente das típicas organizações capitalistas, estas não buscam a maximização dos lucros, visam proporcionar um certo nível de renda aos seus praticantes, algo que lhes permitam participar de forma mais efetiva da sociedade de consumo. Em termos gerais a ES tem quatro formas principais de manifestação, como princípios:

- O comércio justo: o seu objetivo principal é estabelecer relações de comércio mais justas entre países do Norte e certos produtores de países do Sul.

- A finança solidária:o seu objetivo principal é o de permitir às pessoas excluídas do sistema bancário criarem seu próprio emprego.

- A economia sem dinheiro: formas alternativas de trocas ou intercâmbios econômicos, em relação àquelas praticadas segundo uma lógica de mercado – a autoprodução coletiva, os sistemas de trocas locais e as redes de trocas de saberes.

- As empresas sociais: iniciativas locais que atuam principalmente no campo da prestação de serviços de proximidade (FRANÇA FILHO; LAVILLE, 2004).

Nos programas de combate à pobreza e às desigualdades sociais, que se enquadram dentro do conceito de ES, tem ganhado importância o conceito de desenvolvimento local, onde são potencializadas as inter-relações dos seus atores com o território bem como as suas interações

econômicas, culturais, sociais e com o meio ambiente, revelando os perfis e a vocações locais. A utilização do conceito de desenvolvimento local facilita a implementação dos projetos de ES pois, centrando seu foco dentro de uma física delimitada pode-se observar quais as suas potencialidades; os seus problemas concretos; as suas áreas prioritárias e, após a sua implementação, pode-se fazer uma análise quantitativa e qualitativa verificando a sua eficiência e eficácia, através da interpretação de alguns parâmetros e variáveis tais como: número de habitantes, nível de renda, grau de escolaridade; aspectos culturais e geográficos da localidade; custo financeiro, número e perfil dos beneficiários do projeto; entidades envolvidas elaboração e condução do projeto; modelo de gestão do negócio, dentre outras (PELLEGRINI et al, 2003; SOUZA; MEDONÇA; LOURENÇO, 2002).

A ES é considerada, pelos seus teóricos e pelas pessoas que a praticam, como uma alternativa viável de enfrentamento da questão da pobreza e das desigualdades sociais, através de uma outra lógica onde a dinâmica da produção, distribuição e apropriação das riquezas geradas, é realizada sob valores não inteiramente mercantis.

4.2 AÇÕES INSTITUCIONAIS EM PROL DA ECONOMIA SOLIDÁRIA NO BRASIL

A ação institucional de maior impacto em prol da ES, no âmbito do Governo Federal, nos últimos dez anos, foi sem dúvida a criação da Secretaria Nacional de Economia Solidária (SENAES), vinculada ao Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), em junho de 2003. Desde a sua criação a SENAES procurou manter uma frente de diálogo permanente com a sociedade civil, representada principalmente pelo Fórum Brasileiro de Economia Solidária e com outros órgãos públicos, o que resultou na elaboração do Programa Economia Solidária em Desenvolvimento, iniciativa que se articula com as demais políticas de geração de trabalho e renda, de combate à pobreza e de inclusão social do Governo Federal e de outros entes federativos.

O Programa Economia Solidária em Desenvolvimento tem como objetivo principal promover a divulgação e o fortalecimento da ES, mediante políticas integradas, visando à geração de trabalho e renda, a inclusão social e a promoção do desenvolvimento justo e solidário, envolvendo

diversos atores tais como: empreendimentos econômicos solidários, entidades de apoio à economia solidária; gestores públicos, de todas as esferas governamentais; trabalhadores e interessados em geral. Outros objetivos do PESD são:

- Participar de políticas estratégicas de combate à pobreza através do fomento a economia solidária.

- Contribuir para a consolidação das políticas públicas federais, estaduais e municipais voltadas à economia solidária.

- Promover, fomentar e fortalecer a economia solidária no Brasil (BRASIL. SECRATARIA NACIONAL DE ECONOMIA SOLIDÁRIA, 2006).

Outra ação da SENAES foi iniciar, no ano de 2005, o mapeamento da situação da ES no Brasil através de um levantamento amplo de informações e a criação de um banco de dados nacional sobre a economia solidária, esses dados irão constituir o Sistema Nacional de Informações da Economia Solidária (SIES), um banco de dados eletrônico, com acesso facilitado e público. No trabalho de campo, ocorrido no segundo semestre de 2005, foram visitados vários Empreendimentos Econômicos Solidários, com a realização de entrevistas em todas as unidades da federarão, abrangendo 2.274 municípios (BRASIL. SECRATARIA NACIONAL DE ECONOMIA SOLIDÁRIA, 2006).

4.3 ADVERSIDADES E DESAFIOS ENFRENTADOS PELA ECONOMIA SOLIDÁRIA NO BRASIL

Dentre as várias formas de enfrentamento da questão da pobreza e das desigualdades sociais a ES apresenta-se como uma delas, destacando-se pois evoca a força da solidariedade, porém a ES não chega a ser uma unanimidade entre os autores que discutem a questão.

Há autores que não a consideram como uma alternativa viável de enfrentamento da questão, afirmando que as experiências gastadas dentro dos seus conceitos não passam de meras experimentações sem maiores conseqüências.

> Robert Castel identifica modos de “quase-assistência ou de quase-voluntariado” nessas iniciativas. Por isso, segundo ele, muito poucas realizações dessa natureza são inovadoras e portadoras de futuro. Sua opinião é a de que, efetivamente, podem existir experiências que tentem mobilizar recursos monetários e não-monetários, articular a esfera pública e a privada, os investimentos pessoais e as regulações gerais. Contudo, são pouco visíveis socialmente e não ultrapassam o estágio da experimentação. Em suas palavras, “a preocupação em promover uma economia solidária, isto é, de ligar a questão do emprego e a da coesão social, de criar vínculos, ao mesmo tempo que atividades, entre as pessoas, é respeitável ao máximo. Porém, na situação atual, trata-se mais de declaração de intenção do que da afirmação de uma política” (LIMA, 2003b).

Alguns outros autores vêem os empreendimentos tipicamente solidários tais como: cooperativas e empresas autogestionária, como uma saída eventual para a problemática da pobreza e desigualdades sociais, que os mesmos têm um alcance limitado e beneficiam, tão somente, as pessoas envolvidas.

> Salerno não vê as cooperativas e empresas autogestionárias como uma saída para a economia, em médio prazo, apenas as reconhece como uma saída eventual para as pessoas envolvidas. Ele as questiona em função do risco da falta de sustentação dessas unidades econômicas. Apesar de suas críticas, o autor considera que a busca por uma forma associativa de trabalho é uma tentativa “saudável”, pois ela pode render bons exemplos, na medida em que podem servir de referências para o futuro (LIMA, 2003b).

Outros mais, minimizam ou até mesmo desconsideram os resultados concretos de algumas experiências de ES, questionando, inclusive, os reais objetivos de algumas entidades e conceituados organismos nacionais e internacionais.

> [..] quando assumida por pessoas bem intencionadas, a idéia de gerar alternativas locais ao capitalismo global, ou de organizar em âmbito local cooperativas que dariam origem a uma ideal economia solidária, não passa de uma ingenuidade. Mas o fato é que o Banco Mundial, o Banco Interamericano de Desenvolvimento e outras agências multilaterais ou nacionais, como o Comunidade Solidária, estão vendendo a idéia do desenvolvimento local como alternativa para as periferias. Aqui não é mais ingenuidade, mas estratégia ideológica e política, que, na melhor das hipóteses, pretende compensar a miséria engendrada pelo desenvolvimento do capitalismo e, quase sempre, acaba por produzir apenas alguns mecanismos de controle político de populações miseráveis, à beira do desespero [...] (VAINER apud. LIMA, 2003b).

Em favor da ES, enquanto forma de combate da questão da pobreza e das desigualdades sociais, há números que mostram que houve um grande crescimento no número de empreendimentos de ES solidária no Brasil, a partir da década de 90. Segundo dados da SENAES, (2005) já havia no Brasil quase 15.000 (quinze mil) iniciativas de ES em 2005, evidenciando o crescimento deste segmento no país.

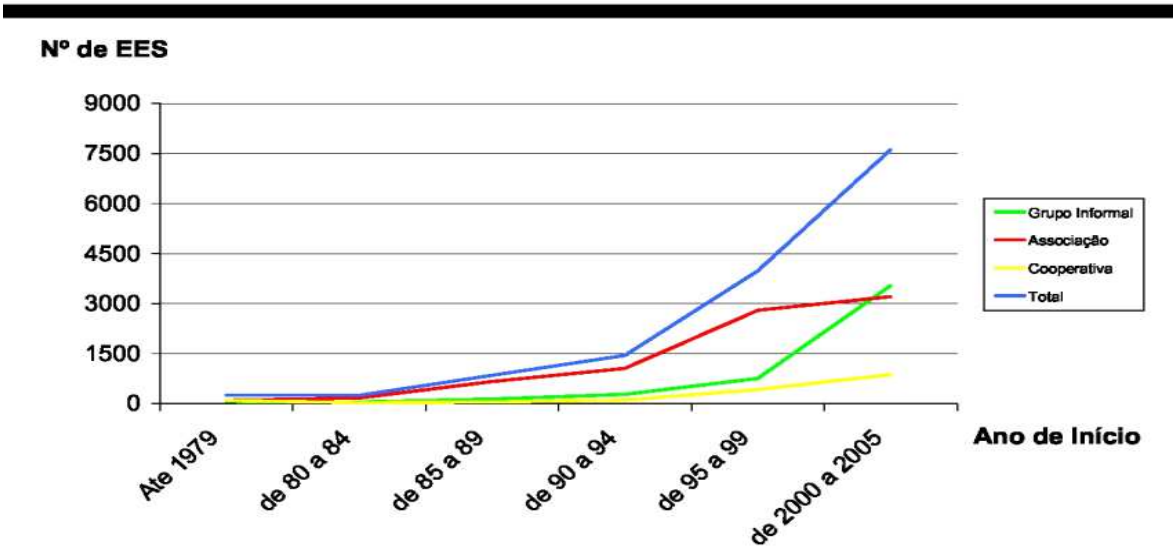

Gráfico 5 - Empreendimentos de ES no Brasil por ano de início, segundo a forma de organização.
fonte: Atlas da Economia Solidária no Brasil, 2005.

A despeito do crescimento do número de experiências concretas e trabalhos acadêmicos em torno da temática ES, no Brasil, ainda há muitos desafios a serem superados.

> No Brasil, a expansão da economia solidária é inquestionável. Se por um lado, os seus protagonistas diretos encontram-se pressionados pela crise estrutural do mercado de trabalho, por outro vêem-se motivados pela ação mobilizadora de movimentos sociais, parcelas do sindicalismo e inúmeras entidades civis, pela oferta e impulsão desses agentes mediadores, na direção de soluções coletivas. Ao mesmo tempo, estímulos adicionais decorrem do importante efeito demonstrativo das experiências já existentes, em particular naqueles segmentos populares dotados de algum substrato comunitário ou de identidade de classe. A conjuntura nacional instaurada em 2003, nas esferas de governo e nas formas de articulação da sociedade civil, colocam a economia solidária diante de novos horizontes, nos quais se impõem novas escolhas e novos esforços (GAIGER, 2003).

Tabela 3 - Empreendimentos Econômicos Solidários no Brasil:

UF	Nº de EES	% EES	Municípios	% Municípios/ Total de municípios

RO	240	1,6%	40	75%
AC	403	2,7%	20	87%
AM	304	2,0%	32	51%
RR	73	0,5%	14	88%
PA	361	2,4%	51	35%
AP	103	0,7%	13	76%
TO	400	2,7%	84	60%
NORTE	**1.884**	**13%**	**254**	**56%**
MA	567	3,8%	73	33%
PI	1.066	7,1%	83	37%
CE	1.249	8,4%	134	72%
RN	549	3,7%	77	46%
PB	446	3,0%	101	45%
PE	1.004	6,7%	129	69%
AL	205	1,4%	48	47%
SE	367	2,5%	63	83%
BA	1.096	7,3%	153	37%
NORDESTE	**6.549**	**44%**	**861**	**48%**
MG	521	3,5%	101	12%
ES	259	1,7%	59	75%
RJ	723	4,8%	82	88%
SP	641	4,3%	147	23%
SUDESTE	**2.144**	**14%**	**389**	**23%**
PR	527	3,5%	109	27%
SC	431	2,9%	133	45%
RS	1.634	10,9%	270	54%
SUL	**2.592**	**17%**	512	**43%**
MS	234	1,6%	25	32%
MT	543	3,6%	91	65%
GO	667	4,5%	127	51%
DF	341	2,3%	15	83%
CENTRO-OESTE	**1.785**	**12%**	**258**	**53%**
TOTAL	**14.954**	**100,0%**	**2274**	**41%**

FONTE: MTE, 2005.

Os desafios encontrados pela economia solidária dizem respeito à (POCHMANN, 2004):

- Marco legal: em certa medida há uma confusão no que diz respeito às entidades que realmente se enquadram no conceito de ES, bem como do objetivo e alcance das suas práticas, muitas vezes a ética solidária é confundida com a concorrência desleal e algumas entidades que se autodenominam de ES, como por exemplo algumas cooperativas, na realidade têm a intenção de burlar a lei, no que diz respeito aos direitos dos trabalhadores.
- Sistema de financiamento apropriado: o sistema financeiro tradicional está distante dos princípios e valores da ES, configurando-se como um dos desafios a serem superados. Um sistema financeiro estruturado e composto por agentes de créditos populares e

cooperativas comunitárias, seria mais adequado às práticas de ES.

- Rede de produção e difusão tecnológica: a falta de uma entidade que concatene os conhecimentos adquiridos, dentro das diversas experiências de ES, e faça a sua difusão sob a forma de tecnologias, articulando entidades institucionais, ONGS e também entidades de ensino.

- Interação com o comércio internacional: pleitear junto às esferas governamentais, ações que facilitem a inserção dos produtos, oriundos de entidades que praticam a ES, na pauta de exportações do país.

- Vendas para o setor público: buscar junto aos representantes governamentais e legislativos a revisão dos dispositivos legais com o objetivo de inserir as unidades produtivas, que operam dentro do conceito de ES, no rol das possíveis fornecedoras das várias entidades do setor público, dado que as transações deste setor representam 30% da renda nacional.

5 DO MICROCRÉDITO ÀS MICROFINANÇAS

O MC é uma modalidade especial de empréstimo direcionada a microempreendedores informais ou às microempresas, sem acesso ao mercado formal de crédito, principalmente por não oferecerem garantias reais, dentro de uma metodologia específica, destinado à manutenção ou ampliação da capacidade instalada. O MC está inserido em um contexto mais amplo que é o das microfinanças, que além do crédito produtivo, disponibiliza crédito para o consumo e trabalha no outro extremo, que é a captação dos recursos a serem disponibilizados, tornando-se uma ferramenta de combate à pobreza e às desigualdades sociais, indutora do desenvolvimento local.

5.1 A ORIGEM DO MICROCRÉDITO

A idéia do MC remonta a idade média, alguns autores que abordam o tema relatam algumas experiências de crédito, de pequena monta, no norte da Itália nesse período. Nos últimos dois séculos algumas experiências de MC se desenvolveram ao redor do mundo porém, essas iniciativas estavam limitadas, geralmente, às igrejas ou paróquias, nos tempos de crise (CALDAS, 2003). As primeiras experiências do sistema de MC no formato atual surgiram na Europa com as iniciativas de crédito popular (cooperativas de crédito, caixas populares, bancos comunitários, etc), visando possibilitar o acesso ao crédito dos segmentos mais pobres da população, principalmente camponeses, operários e artesãos.

Nas décadas de 70/80, do século passado, algumas iniciativas isoladas de oferta de MC, foram postas em prática. O Brasil foi um dos primeiros países onde tais experiências tiveram início, essas iniciativas tinham como propósito financiar pequenas atividades econômicas das camadas mais empobrecidas da população. Em 1973 por iniciativa e com assistência técnica da *Accion International*[12], na época conhecida como AITEC, e com a participação de entidades empresariais e bancos da Bahia e de Pernambuco foi implementado o primeiro programa de concessão de crédito ao pequeno empreendedor informal urbano no Brasil, nas cidades de Salvador e Recife, constituindo a União Nordestina de Assistência a Pequenas Organizações

[12] *Accion International*- ONG que atua no segmento de Microfinanças há mais que 40 anos.

(UNO), uma organização não governamental, com um fundo inicial doado pela PACT, uma associação de ONGs americanas. A UNO era uma entidade profissionalizada e especializada em MC e capacitação, contava com um corpo técnico especializado formado por economistas, administradores de empresas e sociólogos que atuavam fazendo a análise do perfil dos potenciais tomadores de crédito, dentro de uma metodologia própria. Esses profissionais também eram responsáveis pela elaboração de pesquisas relacionadas com a temática, produziam material didático para orientar os assistidos e faziam também o assessoramento dos empreendimentos já contemplados com os empréstimos. A sistemática de liberação do crédito era individualizada e condicionada a um aval moral. Esta iniciativa era na realidade um projeto piloto que tinha como objetivo comprovar que os pequenos empreendedores informais que fossem contemplados com uma linha especial de financiamento, certamente honrariam os seus compromissos e teriam um impacto positivo nos seus negócios.

Após essa iniciativa, é fundado em Porto Alegre, no ano de 1987, apoiada pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) e pela *Inter-American Foundation* (IAF)[13], o Centro de Apoio aos Pequenos Empreendimentos Ana Terra (CEAPE), que incorpora novos elementos na concepção e metodologia do sistema de MC. No ano de 1989 é criado na Bahia o Banco da Mulher que conta com o apoio do Fundo das Nações Unidas para a Infância (Unicef) e do BID e é filiado ao *Women's World* Banking (WWB), que atua em diversos países. O CEAPE é atualmente a maior rede de ONGs, voltada para o MC, atuante no Brasil.

No mundo, uma das primeiras experiências bem sucedidas de oferta de MC informal urbano foi feita em Bangladesh no ano de 1976. O professor de economia, Muhammad Yunus juntamente com seus alunos, percebeu que uma grande parcela dos pequenos estabelecimentos informais localizados próximos a Universidade de Chittagong, onde lecionava, estavam à margem do sistema de crédito formal. Com capital próprio e de alguns dos seus alunos o professor Yunus passou a financiar parte desse conjunto de pequenos empreendimentos, o sucesso da iniciativa propiciou que o professor Yunus buscasse mais recursos junto a bancos internacionais que culminou com a criação do Banco Grameen que assiste a mais de 3 milhões de pessoas, e já foi

[13] IAF - organização criada como alternativa experimental aos programas de ajuda externa dos EUA, com o objetivo de promover estratégias de desenvolvimento de base na América Latina e no Caribe.

reproduzido em outros 30 países, utilizando uma metodologia própria para avalizar o empréstimo que é o acompanhamento por uma pessoa treinada e capacitada- o agente de crédito-, e a responsabilidade solidária pelo debito- baseada em grupos de pessoas (BARONE et al, 2002).

A partir do final da década de 70 e principalmente na década de 80 o sistema de MC expandiu-se pelo mundo. Países da África, Ásia e América Latina tiveram implementado em seus territórios programas de MC coordenados e financiados por organismos internacionais tais como: BID, AITB, AITEC, CONDESPA (Espanha), FUNDES (Suíça), AIDE (França), GTZ (Alemanha), juntamente com os governos locais, algumas ONGs e outras instituições privadas. Alguns dos programas implementados a partir desse período são:

- BANK RAKYAT - Indonésia iniciado em 1984;

- BANCOSOL – Bolívia Iniciou sua operação em 1986, é um banco privado comercial, especializado no atendimento a microempresas do setor formal e informal. Recebeu aporte do BID, AITB e de quatro grandes empresas bolivianas;

- CORPOSOL – Colômbia, Nasceu em 1988, é uma entidade civil sem fins lucrativos especializada no atendimento de microempresários;

- FOSIS – Chile, criada em 1991 atua como repassador de recursos para ONGs, cooperativas e instituições privadas de MC;

- FOGAPI – Peru, criada em 1979 fornecedora de MC para microempresários que não possuem garantia (GERANEGOCIO, 2006).

Em meados da década de 90, mais precisamente a partir de 1994 houve uma expansão do sistema de MC no Brasil propiciada principalmente pelos seguintes acontecimentos:

- estabilização econômica – estabilização monetária, queda das taxas de inflação e queda das taxas de juros.

- apoio institucional – os dirigentes em todas as três esferas de poder, nos diversos níveis, incentivaram o processo de ampliação do MC no Brasil, seja através da adequação da legislação, ou da criação de entidades, tais como:
    - Instituição Comunitária de Crédito – PORTOSOL, criada no ano de 1995, pela Prefeitura de Porto Alegre (RS), em parceria com entidades da sociedade civil;

- Programa “CrediAmigo”, criado em 1998, pelo governo federal, através do Banco do Nordeste, para o financiamento diferenciado aos pequenos empreendimentos.

Nos últimos dez anos o MC vem sendo destacado como uma das mais eficazes ferramentas de combate à pobreza e às desigualdades sociais em todo o mundo. No ano de 1998, foi designado pela Assembléia Geral das Nações Unidas, que o ano de 2005 seria o Ano Internacional do MC.

5.2 MICROFINANÇAS COMO FERRAMENTA DE COMBATE À POBREZA E ÀS DESIGUALDADES SOCIAIS

No atual debate acerca das políticas de combate à pobreza o conceito tradicional de MC vem cedendo espaço para o conceito de microfinanças, que é muito mais amplo do que o primeiro, e o supera, pois além de ofertar crédito, trabalha no outro extremo que é a captação dos recursos a serem disponibilizados. As instituições de microfinanças podem ser Ongs, OSCIPs (Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público), SCMs (Sociedades de Crédito ao microempreendedor) e Cooperativas de Crédito. Além de ofertar crédito oferecem também financiamento para o consumo; para reforma ou construção de imóveis; tratamento médico, dentre outros fins, e complementando e ampliando a sua atuação, caso a legislação em vigor permita, podem fazer a captação de recursos junto a seu público através de poupanças programadas, títulos de capitalização dentre outras modalidades. Tais características fazem com que as microfinanças sejam consideradas uma das principais ferramentas de combate à pobreza e às desigualdades sociais - como destaca a consultora do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) Silvana Parente, economista, especialista em Desenvolvimento Local pelo MIT (Instituto de Tecnologia de Massachussets) e em microfinanças pela Universidade de

Harvard, em alguns trechos da entrevista concedida ao jornalista Fabiano Angélico da Primapagina, em fevereiro de 2006:

> **Como vincular, de maneira permanente, o acesso ao crédito a uma política de geração de trabalho e renda?**
>
> **Silvana** — Além da bancarização, é preciso ter novos canais financeiros, através das instituições de microfinanças. Nesse grupo estão as ONGS, as Oscips [Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público] e as cooperativas de crédito, que são as entidades mais especializadas em crédito produtivo e que atuam mais com a tecnologia que eu chamo de finanças de proximidade. Isso significa gente que conhece o bairro e que vai emprestar porque conhece e confia na capacidade humana e produtiva do tomador de empréstimo, e não porque ele tem garantias ou tem carteira assinada.
>
> **O governo tem feito movimentos nesse sentido?**
>
> **Silvana** — É preciso registrar o papel importante do governo nisso. Em 2003, o governo, através do Banco Central, lançou resolução estimulando um novo cooperativismo de crédito. As respostas estão lentas porque depende da sociedade se organizar e depende de apoio técnico e apoio financeiro inicial, o que nem sempre existe. Mas, a despeito dessa sinalização positiva do BC, o governo poderia ter uma política mais ativa, com capacitação, assistência técnica e um fundo estrutural.
>
> **Essas cooperativas de crédito funcionariam de maneira diversa de instituições de microcrédito que já existem?**
>
> **Silvana** — As cooperativas de crédito têm potencial para atuar de maneira até mais eficiente do que as instituições de microcrédito, porque elas podem adotar as tecnologias de microcrédito produtivo e podem trabalhar com juros mais baixos. Elas têm grande vantagem de captar poupança popular e aplicar no próprio local, enquanto as instituições de microcrédito não podem fazer essa captação. E uma coisa mais interessante é que elas são geridas pelos próprios empreendedores. O interesse delas é se auto-sustentar. A tendência é que os juros sejam mais baixos, as tarifas também, e que os serviços sejam mais adequados. Além disso, a inadimplência é menor, porque você não vai deixar de pagar para você mesmo. Essas cooperativas só representam 2% do sistema financeiro nacional e por isso têm muito espaço para crescer.
>
> **A sua proposta, então, é de que as operadoras de microcrédito funcionem também como capacitadoras, não apenas como fornecedoras de crédito?**
>
> **Silvana** — Sim, mas desde que sejam bancados ou apoiados pelo governo, porque eles não têm recursos para isso.
>
> **Para terminar, uma provocação. Não teria sido melhor se o ano de 2005 fosse o Ano da Geração de Renda, em vez de o Ano do microcrédito?**
>
> **Silvana** — O conceito de microfinanças é bem mais amplo do que microcrédito. O que fica a desejar é a construção de uma base de organizações financeiras locais. Precisamos de um modelo que seja mais coerente com o desenvolvimento local, com distribuição de renda. É ótimo distribuir renda através de programas como o Bolsa Família, mas podemos dar mais um passo. Por que não fazer com que as famílias do Bolsa Família consigam acessar MC? Como? Tem que ter alguém lá na base, alguma organização com essa missão. E isso tem que estar conectado com uma política pública, não pode estar apenas na sociedade civil. (PARENTE, 2006).

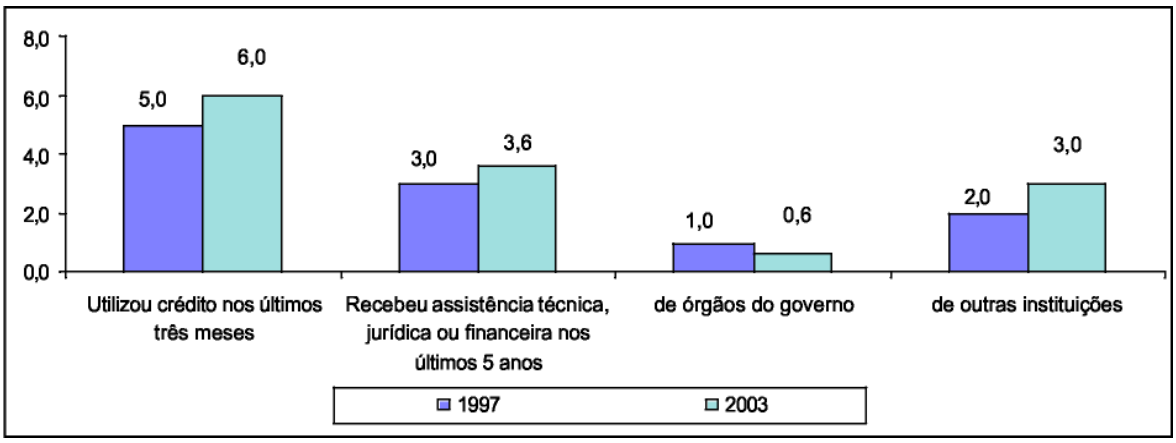

Gráfico 2 - Brasil: Serviços que o proprietário do microempreendimento teve acesso (total = 100%)
Fonte: IBGE/ECINF-1987/2003 **apud** Pochmann (2004).

O sistema de microfinanças, que ainda não está plenamente desenvolvido no Brasil, é utilizado, com sucesso, em diversos países do mundo como instrumento de geração de emprego, renda e desenvolvimento social, tendo inclusive o reconhecimento de organismos internacionais conceituados como a ONU, que instituiu o ano de 2005 como o ano internacional do MC e enfatizou que esta iniciativa seria o início de um processo de consolidação de um sistema de microfinanças sustentáveis, em torno do qual deveriam estar unidos os governos e a sociedade de modo geral.

Instituições que operam com MC no Brasil:

- ONGs: sem fins lucrativos organizada como associação civil ou fundação privada. Sujeita à Lei da Usura (taxa de juros limitada a 12% a.a).

- OSCIP (Organização da Sociedade Civil de Interesse Público): sem fins lucrativos, de administração privada, licenciada e monitorada pelo Ministério da Justiça (Lei 9.790/99).

- SCM (Sociedade de Crédito ao Microempreendedor): com fins lucrativos, instituição financeira regulamentada, e fiscalizada pelo Bancen (Lei 10.194/01). Opera crédito produtivo até R$ 10 mil/cliente e alavanca até 5 vezes o patrimônio.

- Cooperativa de crédito: instituição organizada como associação civil, composta de, no mínimo, 20 associados que tenham um vínculo em comum. Inclui-se entre as instituições captadoras de depósitos à vista (bancos comerciais, bancos múltiplos e caixas econômicas).

- Bancos oficiais: que operam carteiras de MC ou instituições que utilizam recursos orçamentários.

- Bancos comerciais Privados: Poucas instituições operam neste segmento.

Entidades que mais se destacam no Brasil no segmento de MC: Banco do Nordeste – programa Crediamigo, o maior ofertante de MC do país, com cerca de 50% das transações; a Rede CEAPE; a Caixa Econômica Federal; o Banco da Mulher; o Viva

Cred; a Portosol; o Banco do Brasil, através do Banco Popular do Brasil e o Ceade.

5.2.1 As microfinanças e os empreendimentos financeiros associativos no Brasil

Dentre as instituições especializadas na concessão de MC no Brasil estão os empreendimentos associativos, que podem ser as Cooperativas de Crédito ou os Bancos Comunitários - ou Bancos Populares ou Bancos do Povo. O cooperativismo, de modo geral, surgiu na Europa entre 1820 e 1840 na França e na Inglaterra, no Brasil as primeiras cooperativas surgiram no início do século XX, em São Paulo e no Rio Grande do Sul. Existem atualmente três tipos de cooperativas de crédito: rurais, mútuas e comunitárias. As cooperativas rurais são as que existem em maior número no Brasil - atuam por região ou por atividade dos associados-, seguidas pelas mútuas - que atuam por categorias específicas ou funcionários de empresas - e as cooperativas comunitárias, que estiveram proibidas no Brasil durante o período da ditadura militar, sendo novamente liberada a sua constituição a partir de junho de 2003 - são cooperativas de livre adesão, também chamadas de Luzzati [14] (MACEDO, 2005) .

As Cooperativas de Crédito funcionam como verdadeiros bancos, estão enquadradas dentro do Sistema Financeiro Nacional, regulamentado pelo Banco Central do Brasil podendo oferecer aos seus associados os seguintes serviços:

- Operações passivas: captação de recursos através de depósitos à vista, depósitos a prazo e recursos de instituições financeiras nacionais e internacionais. A captação de recursos à vista e a prazo somente pode ser realizada junto aos associados da cooperativa.

- Operações ativas: aplicação dos recursos, tanto próprios como de terceiros, exclusivamente com seus associados, podendo ser através de desconto de títulos, abertura de crédito, simples e em conta-corrente, repasses de recursos de instituições financeiras e

[14] Modelo de cooperativa de livre associação desenvolvido pelo italiano Luigi Luzzati (1841-1927).

adiantamento a depositantes. Em geral, as operações de financiamento por meio de cooperativas de crédito são de curto prazo.

- Operações acessórias : prestação de serviços aos associados na cobrança de títulos, recebimentos e pagamentos e custódia em geral (SEBRAE, 2006).

As Cooperativas de Crédito apresentam algumas vantagens para os cooperados, em relação aos bancos, tais como: juros mais baixos em empréstimos; remunerações mais altas nas aplicações; taxas de serviços a preço de custo; melhor atendimento – personalizado -; rapidez - pouca burocracia na concessão de créditos e prestação de serviços -; distribuição das sobras e baixa inadimplência. Uma das limitações das cooperativas é que elas somente podem atuar junto aos seus associados, um outro aspecto a ser observado é a permanente capacitação dos agentes de crédito e gerentes para desenvolver e aplicar metodologias microfinanceiras adequadas à realidade local (PARENTE, 2004).

O Banco Comunitário é uma instituição de caráter solidário, associativo e comunitário, não controlada pelo banco central, que disponibiliza microcréditos para a produção e consumo solidários, através de instrumentos que incentivam o consumo local, tais como: cartões de crédito e moeda social. A proibição legal de constituição de cooperativas de crédito levou a criação dessas entidades de crédito, que juridicamente são Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIPs). Ainda que a legislação não as autorize a captar poupança, estas entidades podem receber recursos de doações e emprestar dinheiro aos seus associados a juros relativamente mais baixos (MACEDO, 2005) .

Apesar do sistema de bancos comunitários no Brasil ainda estar em estágio nascente e não possuir marco jurídico próprio, ele possui um grande potencial de crescimento no segmento de microfinanças solidárias no Brasil, necessitando porém ultrapassar alguns entraves, dentre eles:

- articular um Sistema Nacional;

- aumentar a escala de operações de suas instituições- raramente ultrapassa 1.200 usuários;

- ausência de um marco regulatório: os Bancos Comunitários não podem fazer mais que repassar recursos obtidos, por empréstimos ou doações. A ausência de um marco regulatório específico para os Bancos Populares se configura em um enorme entrave a sustentabilidade dessas instituições (TOSCANO, 2004)

> As experiências do modelo OSCIP no Brasil têm sido mais voltadas para os microempreendimentos urbanos, mesmo que em pequenas cidades do interior. São mais fáceis de serem constituídas e começam a operar num prazo mais curto com créditos para capital de giro, vindo a crescer paulatinamente e podendo desenvolver outros produtos microfinanceiros mais diversificados. As OSCIPs, pela legislação, estão impedidas de captar poupança e depósitos, o que limita sua atuação e possibilidade de se constituir uma organização microfinanceira mais adequada aos princípios do desenvolvimento local (PARENTE, 2004).

5.3 ALGUMAS AÇÕES INSTITUCIONAIS EM PROL DAS MICROFINANÇAS NO BRASIL

Nos últimos dez anos o governo, nas mais diversas esferas do poder público, vem implementando ações no sentido de apoiar os microempreendimentos no Brasil, com a intenção de fomentar o segmento das microfinanças. As ações empreendidas compõem um leque de iniciativas que vão desde convênios com entidades públicas ou privadas, com ou sem fins lucrativos, até mudanças na legislação.

Após a estabilização da moeda em 1994, mais precisamente em janeiro de 1995, é criado pelo governo federal, o Programa Comunidade Solidária, uma estratégia de ação para o combate à fome e à miséria, que estimulou as ações implementadas, com esta finalidade, em âmbito federal entre os anos de 1995 e 2002:

- Programa de Crédito Produtivo Popular: Criado em 1996 pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), com o objetivo de divulgar o conceito de MC e promover a formação de uma ampla rede institucional, capaz de oferecer crédito aos pequenos empreendedores, formais e informais, viabilizando alternativas de investimento para a geração de emprego e renda;

- Crediamigo: programa de MC do Banco do Nordeste, criado em 1998, tem por objetivo oferecer crédito aos pequenos empreendedores de baixa renda da região Nordeste, norte de Minas Gerais e Espírito Santo.

- Lei 9.790/99: qualifica as pessoas jurídicas de direito privado sem fins lucrativos como Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIP) e cria o Termo de Parceria.

- MP n° 2.172-32/2001: permite que as OSCIPs de MC não incorram no limite legal da taxa de juros de doze por cento ao ano (Lei da Usura).

- Lei 10.194: cria as Sociedades de Crédito ao Microempreendedor (SCM).

- Resolução 002874 (06/2001): Dispõe sobre a constituição e o funcionamento das sociedades de crédito ao microempreendedor (BARONE et al, 2002).

Seguindo uma tendência mundial, desde a sua posse, em janeiro de 2003, o novo governo brasileiro vem demonstrando interesse e preocupação com a exclusão do sistema financeiro de um número considerável de brasileiros. De acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), havia no Brasil, naquela época, cerca de 25 milhões de famílias sem acesso a bancos. A democratização do acesso ao crédito bem como a redução do custo do dinheiro vem sendo uma das prioridades desta administração porque, além de estimular o setor produtivo, gera emprego, renda e movimenta a economia. Ainda em 2003 o Governo Federal decidiu expandir a indústria financeira principalmente para a população de menor renda com políticas e práticas de oferta de MC aos pequenos empreendedores informais, nesse intuito foram editadas uma série de medidas - o chamado pacote do MC - anunciadas em 25 de junho de 2003, através da edição de uma medida provisória. O CMN (Conselho Monetário Nacional), reuniu-se em 25 de julho e regulamentou as seguintes medidas:

- Criação de instituições especializadas: criação do Banco Popular do Brasil (BPB) uma subsidiária integral do Banco do Brasil sob a forma de banco múltiplo com as carteiras comercial e de crédito, financiamento e investimento.

- Estímulos às cooperativas: permissão para que as cooperativas sejam criadas como entidades de livre adesão, não mais exclusivamente por setor de atividade, devendo estar vinculadas a cooperativas centrais que serão responsáveis pela fiscalização, juntamente com o Banco Central. Foi criado também um grupo de trabalho para estudar a estrutura legal das cooperativas com vistas à criação de instituições de crédito regional.

- Abertura de contas para população de baixa renda: abertura de contas correntes sem a necessidade de comprovação de renda e com movimentação através de cartão eletrônico, isentas da cobrança de tarifas, dentro de limites estabelecidos. A Lei n.º 10.820, de 17 de dezembro de 2003, permitiu a realização de crédito, consignado em folha de pagamento.

- Programa de Incentivo à Implementação de Projetos de Interesse Social (PIPS): parceria entre o setor público e o setor privado visando impulsionar o investimento em projetos na área de infra-estrutura e desenvolvimento urbano.

- Microempréstimo: o governo disponibilizou 2% dos depósitos à vista captados pelas instituições financeiras para operações de MC, destinadas à população de baixa renda e a microempreendedores, a uma taxa de juros de até 2% ao mês. Os bancos que não quisessem aplicar diretamente os recursos em MC poderiam repassá-los a outros bancos. Lei 10.735/03 (sancionada em 11 de setembro de 2003), que dispõe sobre o direcionamento de depósitos à vista captados pelas instituições financeiras para operações de crédito destinadas à população de baixa renda e a microempreendedores.

- Apoio ao desenvolvimento institucional e operacional de entidades de MC: recursos provenientes do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT) foram destinados a empréstimos

para capital de giro para micro e pequenas empresas e para a compra de material para construção civil.

- Recursos adicionais disponibilizados pelo governo: implementação por parte do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior de um programa de capacitação e apoio operacional destinado a instituições de MC buscando identificar setores em que o MC pode atuar de forma mais efetiva (SEBRAE, 2005).

Em abril de 2005, em conformidade com as ações da ONU, que instituiu este seria o ano do MC, o governo federal criou, através de decreto, um comitê para tratar das microfinanças no Brasil, intitulado Grupo de Trabalho Interministerial (GTI). Seu objetivo é planejar ações de conscientização da importância do MC e do microfinanciamento, com vista à erradicação da pobreza, troca de experiência sobre boas práticas de fomento e promoção dos serviços financeiros sustentáveis favoráveis à população pobre. O grupo é composto por nove ministérios, nove bancos estatais (como Banco do Brasil, Caixa Econômica Federal, BNDES e Banco da Amazônia), uma agência estadual de fomento e o IPEA (Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada), como representantes do governo e também por membros da sociedade civil, dentre eles há associações ligadas a vários segmentos do setor financeiro (como Associação Brasileira de Sociedades de Crédito ao Microempreendedor, Associação Nacional das Cooperativas de Crédito de Economia Solidária, Confederação Brasileira das Cooperativas de Crédito e Federação Brasileira de Bancos), organizações não-governamentais (como Cáritas, Instituto Ethos e Associação Brasileira de Empresários pela Cidadania), entidades municipais (como Confederação Nacional de Municípios e Frente Nacional de Prefeitos), o SEBRAE (Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas) e o Sindicado dos Bancários de São Paulo, Osasco e Região (BITTENCOURT, 2005).

O atual governo brasileiro vem modificando a estrutura de distribuição do MC. Nesse sentido o Presidente da República, através da Lei n° 11.110/2005 publicada no Diário Oficial da União em 26 de abril de 2005, instituiu no âmbito do Ministério do Trabalho e Emprego, o Programa Nacional de MC Produtivo Orientado (PNMPO), com o objetivo de incentivar a geração de trabalho e renda entre os microempreendedores populares, fazendo com que as entidades

financeiras envolvidas no processo aumentem as suas competências e comecem a operar mais próximas do conceito de microfinanças, ou seja, utilizando metodologia baseada no relacionamento direto com os empreendedores no local onde é executada a atividade econômica. São beneficiárias do PNMPO as pessoas físicas e jurídicas empreendedoras de atividades produtivas de pequeno porte, não sendo exigida a apresentação de garantias reais, as quais poderão ser substituídas por outras formas alternativas e adequadas, definidas pelas instituições financeiras operadoras, observadas as condições estabelecidas no decreto do Poder Executivo.

O PNMPO definiu algumas diretrizes e objetivos, dentre eles:

- Aproximação entre instituições financeiras e de MC, vinculando outros serviços financeiros ao MC produtivo, estímulo aos bancos para atuarem neste segmento social;

- marco legal para o MC produtivo, incluindo a regulamentação para o repasse de recursos dos bancos para instituições de MC - (depósitos especiais e FAT);

- viabilização de fundos de aval para as instituições de MC;

- desenvolvimento de Projetos de Desenvolvimento Institucional focados na articulação entre instituições de MC e na padronização de modelos contáveis;

- permissão para a constituição de cooperativas de micro e pequenos empresários (12/2002) e de Livre Adesão (cooperativas abertas);

- alteração dos normativos facilitando a atuação das instituições financeiras junto ao público de baixa renda;
- eliminação de algumas vedações operacionais para as instituições financeiras operarem com crédito popular (alteração da Resolução do CMN 1.559, item IX, alínea d; dispensar

a exigência de procuração pública para a realização de transações e prestação de serviços financeiros para população de baixa renda, analfabeta);

- redução ou eliminação de taxas e tributos nas microfinanças (Cpmf da conta simplificada; taxa para uso do Sisbacen, etc.);

- ampliação da atuação da CEF em microfinanças;

- conta corrente simplificada (sem comprovante de renda e saldo de até R$ 1 mil mais crédito);

- aumento das fontes de financiamento para o crédito popular e produtivo (BITTENCOURT, 2005).

5.3.1 O Banco Popular do Brasil

Baseado em estudos de 18 projetos, no Brasil e em outros países, e com a missão de proporcionar o acesso a produtos e serviços bancários de baixo custo, às pessoas físicas e microempresários que não utilizam o sistema bancário convencional, residentes em áreas urbanas, de baixa renda, prioritariamente do setor informal da economia, foi criado, através da Lei 10.738/03, o Banco Popular do Brasil (BPB). Esta instituição é uma subsidiária integral do Banco do Brasil, sob a forma de um banco múltiplo com as carteiras comercial e de crédito, financiamento e investimento. O Plano de Negócios foi desenvolvido para a empresa atuar com alta eficiência e baixos custos, funcionando basicamente por meio de POS -do inglês *point of sales*, aparelhos que

ficam em balcões, como os de crédito e débito em lojas- instalados em correspondentes bancários, como supermercados, padarias, lojas de materiais de construção e de móveis, e não por agências convencionais (OLIVEIRA FILHO, 2005).

O Banco Popular do Brasil iniciou suas operações com capital social de R$ 24,5 milhões, valor que, em maio de 2004, foi aumentado para R$ 92 milhões. O primeiro ponto de atendimento foi inaugurado em 12 de fevereiro de 2004, no Distrito Federal. A Subsidiária do Banco do Brasil fechou o ano de 2004 com 5.530 pontos em 1.500 municípios do país, incluídas todas as capitais, abrangendo um total de 1 milhão de clientes. Desde o início das operações, em julho de 2004, o Banco Popular do Brasil somou R$ 130,9 milhões em volume de crédito concedido, em mais de 1,435 milhões de operações, até setembro de 2005. Já os recebimentos (títulos e convênios) atingiram montante de R$ 1.442 milhões, em mais de 15,0 milhões de transações (BANCO DO BRASIL, 2006).

Tabela 3 - Números do Banco Popular do Brasil

	Jun/04	Set/04	Dez/04	Mar/05	Jun/05	Set/05
Ativos Totais - R$ mil	125.974	129.713	147.850	155.851	151.197	158.715
Depósitos Totais - R$ mil	123	1.377	22.568	47.569	54.690	85.151
Carteira de Crédito - R$ mil	76	1.494	19.314	34.190	54.128	48.726
Pontos de Atendimento	30	1.720	5.530	6.021	5.484	4.850

Fonte: BANCO DO BRASIL

O Banco Popular do Brasil disponibiliza para os seus clientes uma conta corrente simplificada, individual, para pessoa física, movimentada via cartão magnético, além de outros produtos e serviços:

- Empréstimos e Financiamentos: crédito de R$ 50,00 a R$ 600,00 com juros de 2% ao mês;

- Recebimento de Contas;

- Pagamento de Benefícios de Seguridade (INSS);

- Fornecimento de CPF.

Apesar do crescimento, o Banco Popular do Brasil fechou o ano de 2005 sem rentabilidade, com um prejuízo de R$ 62.000.000,00 (sessenta e dois milhões de reais) e um índice de inadimplência em torno de 22%, estes números suscitaram um debate acerca da viabilidade do sistema de oferta de MC, nos moldes adotados pelo Banco Popular do Brasil. Quando questionados a respeito da oferta de MC, a clientes que não têm como comprovar renda, há especialistas que afirmam que emprestar dinheiro a

estas pessoas- de baixo poder aquisitivo- no Brasil, não é financeiramente sustentável, afirmam que é um negócio que gera muitas dúvidas, e estas vão desde taxa de inadimplência até perspectiva de rentabilidade, todavia, no caso das instituições públicas, os ganhos sociais devem ser considerados.

> "Do ponto de vista econômico, a resposta é não", diz o professor do Curso de Administração do Ibmec-SP, Ricardo José Almeida. No entanto, ele lembra que o cálculo matemático não é tão simples quando se trata de instituições públicas como o Banco Popular. "Nesses casos, há um fator intangível, que não se contabiliza: o ganho social que o governo pretende atingir ao ceder esses créditos", diz Almeida (PEIXOTO, 2006).

Umas das alternativas apontadas por estes especialistas, para diminuir os índices de inadimplência, nesta modalidade de crédito, é trabalhar com o chamado crédito produtivo orientado onde o cliente recebe, além do dinheiro, o acompanhamento de um especialista.

> [...] a garantia de pagamento é maior, já que o cliente está se preparando para gerar renda, diz Almir da Costa, coordenador do programa nacional de MC produtivo orientado do Ministério do Trabalho (PEIXOTO, 2006).

5.4 DESAFIOS ENFRENTADOS PELAS MICROFINANÇAS NO BRASIL

Um artigo produzido por Nichter, Goldmark & Fiori (2002), publicado pelo BNDES, discute, com base em uma série de estudos, a demanda acerca do produto microfinanças no Brasil. Este trabalho é parte dos estudos do PDI (Programa de Desenvolvimento Institucional), convênio de cooperação técnica firmado entre o BNDES e o BID, cujo objetivo é fortalecer o segmento microfinanceiro e implementar ações no sentido de apoiar as instituições cujo bom desempenho contribua para o desenvolvimento e efeito-demonstração, do segmento. Outro objetivo é

disponibilizar novas ferramentas de gerenciamento, operação e controle para a consolidação desta indústria no Brasil.

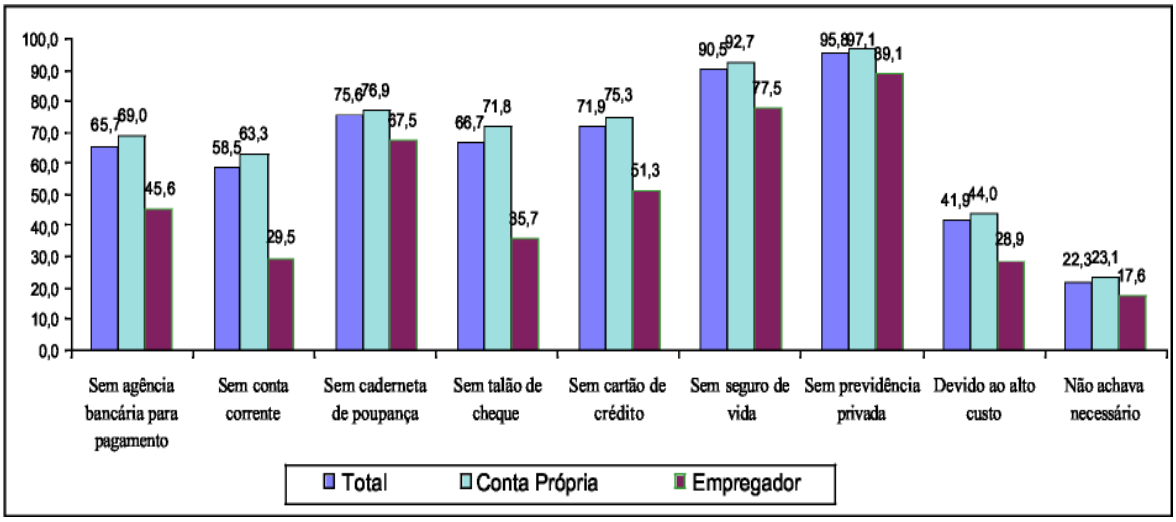

Gráfico 3 - Brasil: distribuição do micro empreendimento por conta própria e empregador segundo acesso ao crédito e instrumentos financeiros (em %)
Fonte: IBGE/ECINF-1987/2003

Para estimar a demanda potencial, os autores seguem a metodologia aplicada por Robert Peck Christen[15], que define demanda potencial para microfinanças aplicando o fator de 0,5 sobre o número de microempreendedores elegíveis e que demandam produtos microfinanceiros, ou seja o número de demandantes potenciais por microfinanças é exatamente a metade do número de microempreendedores elegíveis e que demandam produtos microfinanceiros. Com base nesse método eles estimaram a demanda potencial em 8,2 milhões em 2002. Esta metodologia é utilizada em outros países latino-americanos. De posse destes dados foi estimada, na época, 2,0% a taxa de penetração das microfinanças no Brasil, muito inferior do que a de muitos países, inclusive os seus vizinhos Chile, Peru e Paraguai cuja taxa de penetração estava em torno de 25-35%, do mercado de demanda potencial (NICHTER; GOLDMARK; FIORI, 2002).

[15] Estudo publicado em 2001sobre a indústria microfinanceira na América Latina do CGAP – *Consultative Group to Assist the Poorest* (um consórcio internacional de cooperantes para microfinanças administrado pelo Banco Mundial).

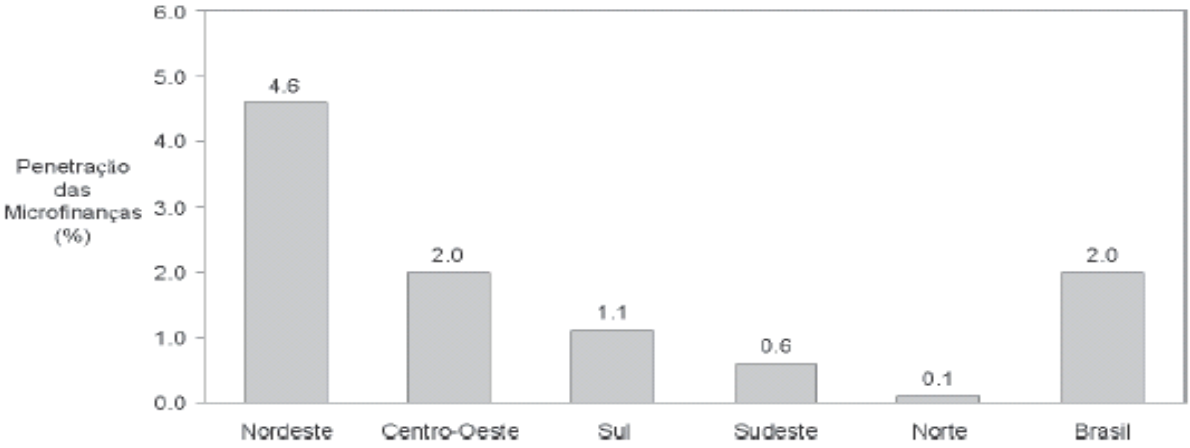

Gráfico 4 - Taxa de penetração das microfinanças no Brasil, por região (2001)
Fonte: (NICHTER; GOLDMARK; FIORI, 2002).

O artigo publicado pelo BNDES, também aborda aspetos qualitativos a respeito das microfinanças no Brasil, porém os autores advertem que os estudos são preliminares e não devem ser indiscriminadamente considerados, alguns estudos do período apontavam algumas demandas não atendidas de microempreendedores, comuns a outros potenciais usuários do MC ao redor do mundo, tais como:

- acesso rápido a recursos;
- exigências mínimas de garantia
- simplificação da solicitação de documentação;
- localização conveniente.

O estudo apontou também características peculiares, próprias da realidade brasileira:

- Preferência por créditos do fornecedor ou em parcelas em lugar dos oferecidos geralmente pelas instituições de microfinanças: uma pesquisa com microempreendedores nas favelas do Rio de Janeiro e outra com microempreendedores e trabalhadores assalariados de São Paulo e Recife.
- Parcelas menores com prazo maior: enquanto em outros países os microempreendedores preferem parcelas maiores com prazos menores, os brasileiros tendem a escolher produtos que oferecem parcelas menores durante períodos de tempo mais longos (geralmente entre 12 e 24 meses).

Outros aspectos, também considerados relevantes, foram levantados: falta de conhecimento sobre as instituições de microfinanças; a relativa influência da cultura popular no comportamento do consumidor e o fato de clientes de baixa renda estarem acostumados a comprar produtos e serviços associados a campanhas de marketing sofisticadas e redes de distribuição ostensivas (NICHTER; GOLDMARK; FIORI, 2002).

O estudo do BNDES apontou também os desafios enfrentados pela indústria das microfinanças, no que diz respeito à sua expansão e consolidação como fonte permanente de recursos para financiar os microempreendimentos no Brasil:

- Ambiente regulatório: Nos últimos anos houve uma sensível melhoria no ambiente regulatório no Brasil, no que diz respeito as microfinanças. Em um primeiro momento, entre 1999 e 2002, foi criada a figura das SCM's e houve uma ampliação do raio de atuação das OSCIP's – a chamada Lei da usura -. Em um segundo momento, a partir de 2003, foram criadas instituições especializadas- Banco Popular do Brasil- e o lançamento do Programa Nacional de MC Produtivo Orientado (PNMPO). A regulamentação financeira no Brasil apresenta alguns entraves e é notoriamente caracterizada por um ambiente legal complexo, leis trabalhistas e tributárias se somam à lista de incentivos negativos e restrições operacionais enfrentados pelas instituições de microfinanças. Além disso o grande público não é devidamente informado sobre tais questões.

- Falta de efeito-demonstração: A expansão das microfinanças no Brasil é de certa forma restringida por falta de um exemplo emblemático de sucesso, como registrado em outros países, cujo sistema creditício de microfinanças é mais desenvolvido, como foi o caso da Bolívia, com BancoSol; da Indonésia, com o Bank Rakyat e Bangladesh, com o Grameen Bank, estas instituições serviram de modelo e após consolidarem os conhecimentos adquiridos e criarem as suas próprias tecnologias, disseminaram suas práticas e estimularam a entrada de novas entidades no setor, devido à credibilidade inspirada por suas ações. As características do sistema financeiro brasileiro bem como os aspectos culturais dificultaram a apreensão do conhecimento adquirido pelas instituições internacionais reconhecidamente êxitosas. Outro aspecto considerado é falta de uniformidade e obscuridão no que diz respeito ao desempenho das entidades de microfinanças, inviabilizando a possibilidade de comparação dos desempenhos e aprendizado com os acertos e erros nas estratégias escolhidas. Um outro aspecto é a semelhança nos modelos adotados pelas entidades de microfinanças, limitando o leque de opções.

- O Ambiente macroeconômico: No caso do Brasil o ambiente macroeconômico de hiperinflação e as altas taxas de juros, durante a fase de maior expansão da indústria de microfinanças no mundo, ao que parece afetaram tanto a demanda quanto a oferta de MC, comprometendo o seu pleno desenvolvimento. Durante esse período, os bancos e outras instituições financeiros podiam realizar lucros consideráveis em várias outras atividades relacionadas com a inflação, minimizando a importância das outras atividades, especialmente as de MC.

- Linhas de crédito do setor público: As linhas de crédito do setor público, especialmente as formas de financiamento oferecidas ao meio rural, representam um desafio à expansão das microfinanças na medida que ofertam créditos a juros subsidiados algumas vazes negativos como é o caso a linha de crédito B do PRONAF que oferece ao setor agrícola empréstimos a uma taxa anual de 1 % no Nordeste, mas, se o pagamento for feito antes do prazo de vencimento o cliente recebe um reembolso de 30% do principal, tornando as taxas aplicadas negativas. Desta forma a ação das entidades públicas que trabalham

com financiamento agrícola induzem a uma visão distorcida das práticas de microfinanciamento, praticamente inviabilizando a difusão de outras formas e entidades de financiamento. Na área urbana não parece haver maiores problemas com relação a estas práticas (NICHTER; GOLDMARK; FIORI, 2002).

6 - O BANCO PALMAS

O Banco Palmas é uma experiência comunitária de microfinanças solidárias, que oferece MC e outros serviços financeiros à comunidade do bairro do conjunto Palmeira em Fortaleza-CE. A origem do Banco Palmas está ligada à associação de moradores (ASMOCONP) e desde a sua fundação vem aprimorando a sua sistemática de oferta de MC dentro de um programa de microfinanças elaborado segundo as diretrizes da ES.

O Banco Palmas é um empreendimento de sucesso reconhecido por organismos nacionais e internacionais. Em 2005 venceu a terceira edição do Prêmio Fundação Banco do Brasil de Tecnologia Social, na categoria Região Nordeste, o objetivo dessa premiação é identificar soluções efetivas de transformação social com resultados comprovados que possam ser reaplicadas em diversas regiões do país. O Prêmio foi realizado com o apoio da Unesco e da consultoria *Price Water House Coopers* (FUNDAÇAO BANCO DO BRASIL, 2006).

6.1 A HISTÓRIA DO BANCO PALMAS

A origem do Banco Palmas remonta à construção do conjunto Palmeira, que tem início com a remoção de famílias de áreas de risco, no começo dos anos 1970. Inicialmente foram removidas 1,5 mil famílias provenientes principalmente da favela do Lagamar e algumas outras, tais como: Aldeota, Poço da Draga, Arraial Moura Brasil, Morro das Placas e Verdes Mares. Inicialmente a área demarcada foi de 118 hectares divididos em 100 quadras com 36 lotes de 200m², posteriormente, porém ainda sem infra-estrutura básica (água, energia elétrica, esgoto e ruas

asfaltadas), foram transferidas mais famílias e o tamanho dos lotes foi reduzido para 160m² e logo em seguida para 120m².

Entre 1977 e 1978 os moradores do conjunto Palmeiras começam a esboçar as primeiras formas de organização comunitária no bairro e com o apoio de entidades religiosas, voluntários e entidades não governamentais conseguem algumas melhorias para o Conjunto tais como: escola de 1° grau, posto de saúde e centro social urbano.

Em 1979 são abertas novas quadras e o conjunto cresce aceleradamente, iniciando a mobilização e luta dos moradores por água tratada, energia elétrica e esgotamento sanitário, é também nesse período que é criada a ASMOCONP (Associação dos Moradores do Conjunto Palmeira) tendo seu estatuto elaborado e registrado em 02/02/1981.

Em 1988, após uma intensa mobilização popular os moradores do conjunto Palmeira conseguiram o compromisso do governador de começar imediatamente as obras para o fornecimento de água tratada.

Em 1990 já existiam mais 26 outras organizações populares no bairro. As carências evidentes no Conjunto e as lutas reivindicatórias dos seus moradores chamaram a atenção de entidades nacionais e internacionais, dentre elas a Sociedade Alemã de Apoio Técnico – GTZ -, que por meio de um convênio firmado entre o Governo do Ceará, a Prefeitura de Fortaleza e o Governo Alemão, selecionou o Conjunto Palmeira como um dos locais de implantação do projeto PRORENDA em Fortaleza.

Em 1991 as lideranças do Conjunto Palmeira organizaram um seminário intitulado Habitando o Inabitável, que se tornou um marco na trajetória do conjunto, ao final deste seminário foram apontadas as seguintes diretrizes: criação da União das Associações e Grupos Organizados do Conjunto Palmeira (UAGOCONP) e a urbanização do bairro no prazo máximo de dez anos.

Em 1992 foi iniciada a elaboração do Plano de Desenvolvimento Comunitário Integrado (PDCI), com o apoio do pessoal do PRORENDA, cujo objetivo era identificar os problemas do bairro e apontar soluções para os mesmos. Entre 1992 e 1995, para divulgar e enfrentar os problemas da comunidade, foram criados vários mecanismos de comunicação, tais como: o jornal comunitário Desperta Palmeiras; os programas de rádio Santos Dias e diversas outras manifestações teatrais e tantas outras publicações literárias, como a Série de Memórias de Nossas Lutas.

A maior parte dos recursos do programa PRORENDA foram investidos na construção do canal de drenagem, solucionando definitivamente o problema das enchentes do Conjunto Palmeira. Em 1995 é iniciado o projeto de saneamento do governo do estado (PROSANEAR), que contou com a colaboração da comunidade do bairro na sua elaboração.

No final de 1996, durante as entrevistas com os moradores do bairro para a publicação do segundo volume da Série de Memórias de Nossas Lutas, os dirigentes da ASMOCONP constataram que 30% das famílias que moravam no conjunto, naquela época, estavam lá há menos de três anos, ou seja, uma parcela considerável das famílias, que ao longo de 20 anos participou das lutas, em prol das melhorias estruturais no bairro, não mais residia lá. Os responsáveis pela entrevista chegaram a conclusão que foram as próprias melhorias, arduamente conseguidas, que expulsaram os antigos moradores, na medida em que as benesses até ali conseguidas trouxeram consigo impostos e taxas (água, energia elétrica, esgoto, telefone etc.) e alguns dos antigos moradores não possuíam renda suficiente para pagar por tais serviços.

Em 1997 foi realizado o II Seminário habitando o Inabitável que ao seu final concluiu que as condições de saneamento eram razoavelmente aceitáveis, porém o Conjunto Palmeira, naquele momento, estava diante de outro desafio ainda maior, a falta de emprego e renda para uma parcela significativa dos moradores do bairro, fato constatado pela saída do bairro de uma parcela considerável daqueles que tanto lutaram pelas melhorias até então conseguidas, e não possuíam renda suficiente para arcar com o ônus dessas mesmas benesses. Diante destas demandas e com o intuito de criar, aumentar ou melhorar a renda auferida pelas pessoas que moravam no Conjunto Palmeira e garantir a permanência delas lá, foi decidida a criação de um projeto que gerasse emprego e renda, um Banco Popular – O Banco Palmas. A grande dúvida dos moradores do

Conjunto Palmeira, naquele momento, era qual modelo de programa de geração de emprego e renda escolher, dentre muitos exemplos existentes, sendo que alguns desses não tiveram êxito. No Conjunto Palmeira havia uma grande quantidade de pessoas desempregadas e sem nenhuma renda, porém algumas delas possuíam habilidades manuais. Até este momento as pessoas envolvidas no processo ainda não haviam tido contato com as práticas e ferramentas da ES tais como: consumo ético comércio justo etc.

Ao longo do ano de 1997 foram realizadas 45 reuniões com a participação da ASMOCONP, comerciantes e moradores de modo geral. Durante esses encontros chegaram à conclusão que os moradores tinham muita dificuldade de acesso a crédito, por diversos motivos (dividas, falta de fiador, falta de experiência, falta de renda comprovada etc.), e os poucos comerciantes e produtores ali estabelecidos não tinham demanda suficiente para os seus produtos. Os moradores do Conjunto Palmeira, de modo geral, adquiriam seus produtos de consumo fora das cercanias do bairro, principalmente por conta dos preços. A grande questão a ser enfrentada era como conciliar a oferta com a demanda dentro dos limites do bairro. A solução veio com a sugestão de uma das moradoras do conjunto propôs que fosse criado um cartão de crédito de abrangência local, com o qual seus possuidores poderiam fazer compras nos estabelecimentos credenciados, existentes no bairro.

Em outubro de 1997 o programa de geração de emprego e renda, idealizado em janeiro do mesmo ano, estava formatado nos moldes de um Banco comunitário, denominado Banco Palmas, cuja finalidade era gerar emprego e renda, na área de abrangência do bairro Conjunto Palmeira, através da oferta de MC aos pequenos produtores e comerciantes locais e do estímulo ao consumo dentro dos seus limites, através da emissão de um cartão de crédito próprio chamado PALMACARD. A oferta de crédito, tanto para o consumo quanto para a produção, está condicionada a analise informal do perfil dos pretensos tomadores do empréstimo com base no aval solidário e analise da viabilidade do negócio, propiciando a criação de uma rede de solidariedade entre os produtores e os consumidores, sendo chamados todos de prossumidores.

Depois de buscar várias fontes de financiamento o Banco Palmas iniciou suas atividades oficialmente no dia 10/01/1998, com um capital de R$ 2.000,00 (dois mil reais) emprestados do

Cearah Periferia[16] que seriam pagos em 1 ano com juros de 1% a.a. Inicialmente todo dinheiro em caixa foi emprestado a cinco produtores e vinte famílias foram selecionadas para receber o Palmacard, que era aceito em apenas cinco estabelecimentos comerciais. Ao fim do primeiro ano o Banco Palmas fechou o balanço com R$ 15.000,00 (quinze mil reais) em carteira e 120 (cento e vinte) cartões de crédito distribuídos a famílias cadastradas (MELO NETO; MAGALHÃES, 2003).

Atualmente o Banco Palmas, além de possuir um cartão de crédito próprio e oferecer MC à comunidade do bairro, abriu seis empresas comunitárias, fomenta atividades de ES, criou uma moeda, gerou cerca de 1200 postos de trabalho, atende 1.200 famílias. Atualmente desenvolve parcerias com entidades governamentais, não governamentais, públicas e privadas. Através de uma parceria com o Banco Popular do Brasil, conseguiu uma carteira de crédito de R$ 100 mil. O Banco Palmas vem servindo ainda como referência para a criação de iniciativas semelhantes dentro e fora do Brasil. O Conjunto Palmeira possui atualmente cerca de 30mil habitantes (FUNDAÇAO BANCO DO BRASIL, 2005).

> [...] (atualmente são 1.200 postos de trabalhos gerados) [...]. Pelo menos 1.200 famílias foram beneficiadas com o sistema de crédito popular, e 700 pessoas conseguiram algum tipo de ocupação e renda após o quinto ano do projeto; houve redução em 70% da violência doméstica; o número de sócios da associação triplicou em dois anos do lançamento da iniciativa; aumento em 20% na venda do comércio local após três, com o equivalente a R$ 10 mil reais em circulação da Moeda Local Social; publicação de três livretos e dois vídeos sobre as tecnologias sociais criadas pelo banco (INSTITUTO ETHOS, 2006).

Além do MC oferecido aos produtores e comerciantes e do cartão de crédito - Palmacard -, disponibilizado para os consumidores dos produtos vendidos no conjunto, o Banco Palmas oferece outros produtos e serviços e fomenta algumas práticas e ações no sentido de difundir e consolidar os princípios da ES, que são: Emissão de moeda própria que circula nos comércios do bairro (Palmas); escola de capacitação (Palmatech); confecção com grife própria (Palmafashion); pequenas reformas residenciais (Palmacasa); produção de artesanato (Palmart); produção de materiais de limpeza (Palmalimpe); feira de produtos locais; loja solidária; grupos setoriais;

[16] ONG de apoio ao Movimento Popular Urbano no âmbito da habitação, geração de renda e capacitação de lideranças comunitárias.

compras coletivas; laboratório de agricultura urbana; incentivo à produção, prestação de serviços e comercialização de produtos; organização do balcão de emprego; organização de trocas solidárias de produtos e serviços (clubes de trocas com moda social); incubadora para mulheres em situação de risco (MELO NETO; MAGALHÃES, 2003).

No decorrer do processo de construção do Banco Palmas, desde as lutas para melhorias estruturais no bairro até a formalização da primeira operação do banco, os moradores do Conjunto Palmeira aprenderam várias lições, cujas mensagens nelas explícitas ou implícitas servem como norte para qualquer projeto de combate à pobreza e às desigualdades sociais que possuam um perfil semelhante e almejem resultados parecidos.

> Primeira lição aprendida: não adianta urbanizar melhorar as condições de moradia na favela, sem que a isto venha se juntar uma alternativa de geração de renda.
>
> Segunda lição aprendida: o primeiro passo para enfrentar o problema da geração de renda em um bairro popular não é investir na produção, é sim, organizar os consumidores.
>
> Terceira lição aprendida: em se tratando de acesso a crédito para os mais pobres os vizinhos se constituem em um verdadeiro e legítimo SPC social.
>
> Quarta lição aprendida: não se pode superar a pobreza sem correr riscos e sem ousadia.
>
> Quinta lição aprendida: somente a convivência cotidiana com as contradições geradas pelas situações de extrema exclusão é capaz de possibilitar conhecimento e sabedoria para se fazer, de forma eficaz, a mais desafiadora de todas as gestões: a gestão da pobreza.
>
> Sexta lição aprendida: o MC quando concedido isoladamente e dentro da lógica da economia capitalista, levando os pequenos produtores a concorrem entre si para disputar o mercado, normalmente leva o tomador do crédito a uma situação pior do que estava antes.
>
> Sétima lição aprendida: em um bairro popular as economias domésticas estão voltadas prioritariamente para a compra de alimentos. Portanto, a produção local deve ser focada nesta área. Os produtos alimentícios circulam com maior facilidade e oxigenam a rede de solidariedade.
>
> Oitava lição aprendida: qualquer projeto de desenvolvimento local implantado em bairros pobres precisa ter presente a preocupação de como envolver as famílias que estão na linha da miséria. Normalmente, estas ficam marginalizadas por não ter as condições mínimas de participação cidadã. E muitas vezes, com nossos projetos, reproduzimos mais um ciclo de descriminação.
>
> Nona lição aprendida: é preciso divulgar muito tudo de bom que fazemos nas periferias para

> compensar um pouco a imagem negativa dos bairros pobres que está no senso comum. Ninguém conhece aquilo que não é mostrado. E nós somos os responsáveis pela imagem de nossos produtos.
>
> Décima lição aprendida: não podemos mudar nossas ações para nos adaptarmos as regras e a legislação vigente. Isso seria negar os valores do Banco Palmas e sua missão institucional voltada para os mais pobres. São as leis que precisam adaptar-se as exigências da realidade brasileira.
>
> Décima primeira lição apreendida: a inclusão social tem um custo que precisa ser garantido pelas políticas públicas. A Associação de Moradores deve participar, fazer sua parte, propor soluções, buscar parcerias e desenvolver seus projetos. Mas, jamais deixar de lutar por políticas públicas como instrumento indispensável para a superação da pobreza de forma sustentável (MELO NETO; MAGALHÃES, 2003, p. B16 -W16).

6.2 O SISTEMA DE MICROCRÉDITO NO BANCO PALMAS

O sistema de MC ofertado pelo Banco Palmas tem como objetivo disponibilizar pequenas quantias de dinheiro a uma parcela da população que não tem acesso aos sistemas creditícios convencionais, este público é composto geralmente por pessoas que não estão formalmente empregadas e buscam uma alternativa de reinserção social e resgate da cidadania, através da produção ou comercialização de produtos manufaturados dentro de uma sistemática alicerçada pelos valores da ES. Para ter acesso ao sistema de crédito o pretenso candidato tem que ser morador do Conjunto Palmeira e sócio da associação de moradores, o que pode ser feito a qualquer tempo, além disso, tem que ser uma pessoa de conduta responsável respaldada pelo aval dos seus vizinhos e por fim assinar um contrato social com o banco no qual se compromete a sempre que possível comprar e vender no próprio bairro. Para obter o empréstimo propriamente dito o cliente se dirige até a agencia do Banco Palmas, é entrevistado por um analista de crédito e informado acerca das normas de funcionamento da instituição, preenche uma ficha com seus dados e especifica qual a modalidade de empréstimo desejada. A aprovação do crédito, e a sua posterior liberação, esta condicionada inicialmente a uma analise da viabilidade financeira do empreendimento, uma visita à residência do cliente e uma conversa informal com a vizinhança, por parte do analista de crédito. A aprovação é tarefa do Comitê de Aprovação de Crédito (CAC), que é formado pelo próprio analista, pelo coordenador do banco e pelo diretor do banco, os quais, em consenso, emitem um parecer final. No caso de aprovação os recursos são liberados de imediato, dependendo unicamente da disponibilidade de dinheiro em caixa, no momento da

liberação (MELO NETO; MAGALHÃES). A taxa de inadimplência do Banco Palmas nunca ultrapassa os 3% (SEBRAE, 2005).

PRODUTO	CARACTERÍSTICAS \ FINALIDADE	RESULTADOS ATÉ 2003
MC para produção, comércio ou serviço.	Esta modalidade está voltada para quem não tem acesso aos sistemas convencionais de crédito seja por inadimplência ou por não apresentar as garantias exigidas.	1500 créditos concedidos, 420 famílias beneficiadas.
MC para mulheres.	Esta modalidade está voltada para mulheres em situação de risco pessoal e social.	50 mulheres já foram atendidas,120 famílias beneficiadas.
MC para pequenas reformas de moradia(Palmacasa)	Esta modalidade visa melhorar as condições de produção. As famílias fazem as compras em lojas do bairro e têm 6 meses para pagar com uma taxa de juros de 1,5% a.m e os proprietários recebem o dinheiro diretamente do banco.	65 famílias atendidas
MC para agricultura urbana.	Esta modalidade visa estimular o cultivo de legumes, hortaliças e criação de galinhas nos quintais das residências.	20 famílias atendidas

Quadro 2 - Linhas de financiamento, MC produtivo, disponibilizadas pelo Banco Palmas
Elaboração: própria. Fonte: (MELO NETO, 2003).

6.3 O CARTÃO PALMACARD

O cartão de crédito Palmacard é um dos instrumentos de MC do Banco palmas, esta linha de financiamento está voltada exclusivamente para o consumo. A disponibilização de um certo volume de recursos exclusivamente para o consumo é um avanço no que diz respeito à oferta de MC por parte das instituições que trabalham com este tipo de ferramenta creditícia, pois alcança o conceito de microfinanças na qual o crédito pode ser utilizado tanto na produção quanto no consumo. O Palmacard cumpre a função de prover as famílias, de gêneros de primeira necessidade ou emergenciais, quando lhes faltam recursos próprios, e também estimular o comércio local, pois é aceito exclusivamente dentro dos limites do bairro. Além dessa função o cartão eleva a auto-estima e a autoconfiança da comunidade, no que diz respeito ao gerenciamento dos seus desafios cotidianos, promovendo e estimulando a solidariedade entre os moradores e comerciantes locais.

Para ter acesso ao cartão, o morador do Conjunto Palmeira, faz uma solicitação ao banco, a qual é submetida à análise, nos moldes do aval solidário. Em caso de aprovação o cliente recebe o cartão gratuitamente e pode efetuar compras em qualquer estabelecimento do bairro, previamente cadastrado. No momento da compra o comerciante anota no verso do cartão o valor da compra, observando antes se o mesmo possui crédito, o usuário do cartão paga ao banco, sem a incidência de juros, em uma data que lhe for conveniente. O valor do crédito é inicialmente de R$ 20,00 (vinte reais) podendo chegar até R$ 100,00 (cem reais), o banco desconta 3% a titulo de taxa de administração. A liberação de novos cartões está condicionada a um fundo de reserva mínimo de 30%, referente aos cartões em circulação (MELO NETO; MAGALHÃES, 2003).

.

6.4 OUTRAS INICIATIVAS E AÇÕES DO BANCO PALMAS

Além de oferecer MC para consumo ou produção, o Banco Palmas auxilia outras comunidades transferindo as suas tecnologias aprendidas, com o intuito de facilitar os seus processos de integração social, político e econômico. Com este objetivo foi criado o Instituto Banco Palmas, uma organização da sociedade civil, sem fins lucrativos, com sede em Fortaleza-CE, cujo objetivo é fazer a gestão do conhecimento e difusão das práticas de ES do Banco Palmas, o foco de ação do instituto é a implantação de sistemas econômicos alternativos, em outras comunidades, com o objetivo de gerar emprego e renda. Algumas ações já implementadas pelo Instituto Banco Palmas:

- Criação do Programa REDE CIDADÃ (geração de renda junto às famílias do PETI em Fortaleza).

- Assessoria ao programa Mercado Solidário do SEBRAE/MS.

- Assessoria ao Programa Viva Nordeste, coordenado pelo Secretaria do Trabalho e Ação Social do governo da Bahia (BANCO PALMAS, 2006).

A primeira experiência de replicação da tecnologia de bancos comunitários, do Banco Palmas, foi a criação do Banco PAR, em Paracuru, um município com 30.000 habitantes, localizado a 84 km Fortaleza-CE. O Banco PAR foi inaugurado em setembro de 2004, através de uma parceria da prefeitura local com o Instituto Banco Palmas (RADIOBRÁS apud FORUM BRASILEIRO DE ECONOMIA SOLIDÁRIA, 2005).

Outra ação do Banco Palmas foi a assinatura de um convênio, em agosto de 2005, com o Banco Popular do Brasil para a concessão de uma linha de crédito especial, usada conforme a filosofia dos bancos comunitários, e além disso possibilitará o pagamento de contas de água, luz, telefone e de outros títulos na própria entidade, em janeiro de 2006 foi assinado um novo contrato (BANCO PALMAS, 2006).

Em outubro de 2005, foi implantado, em parceria com o Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), por intermédio da Secretaria Nacional de Economia Solidária (SENAES), o Projeto de Apoio à Organização de Bancos Comunitários, que tem como referência a metodologia de crédito as práticas de finanças solidárias desenvolvidas pelo Banco Palmas, objetivando expandir o modelo do Banco Palmas para outros municípios do Brasil, neste mesmo ano o MTE destinou R$ 300 mil ao projeto, que possibilitou a criação e capitalização de sete bancos comunitários, sendo quatro no estado do Ceará, dois no Espírito Santo e um na Bahia, beneficiando mais de duas mil pessoas, e garantiu mais R$ 300 mil para 2006. O trabalho executado nas comunidades é desenvolvido por agentes e gerentes de crédito, que são capacitados pelo programa, juntamente com as prefeituras e movimentos sociais locais, que participam da gestão. O programa é acompanhado pelo Instituto Banco Palmas e pela SENAES**.** No ano de 2006 a intenção é criar mais quatro bancos comunitários e expandir esta ação para populações tradicionais, implantando este instrumento de finanças solidárias em áreas indígenas e quilombolas (MTE, 2006).

6.5 PRINCIPAIS DIFICULDADES, LIMITES E DESAFIOS DO BANCO PALMAS

A despeito da ampliação das ações institucionais, do apoio de entidades da sociedade civil organizada, do empenho dos atores locais e levando-se em consideração as diversidades e dimensões geográficas, do Brasil, o alcance das experiências de desenvolvimento local ainda é bastante limitado e os impactos socioeconômicos das experiências exitosas ainda não atingiram uma proporção significativa (INSTITUTO DE TECNOLOGIA SOCIAL, 2004).

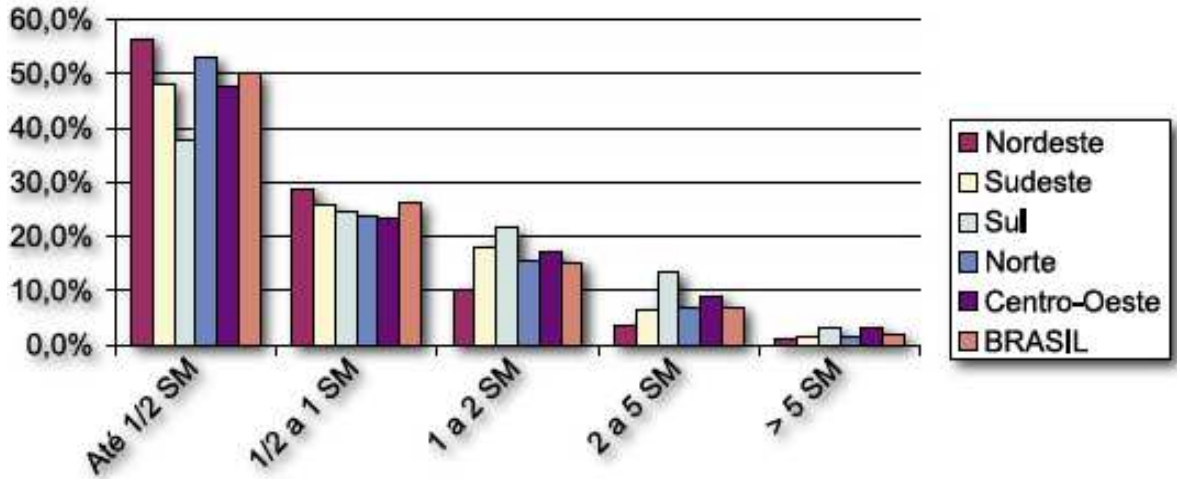

Gráfico 6 -Distribuição % dos EES por faixas de remuneração – Brasil e Regiões.
FONTE: Atlas da Economia Solidária no Brasil (2005).

Apesar de ser um dos empreendimentos de desenvolvimento local mais conhecidos no Brasil a experiência do Banco Palmas, desde a sua concepção, enfrentou e enfrenta várias dificuldades no que diz respeito a tornar-se uma experiência modelo de geração de emprego, renda e combate à pobreza e às desigualdades sociais. Dentre elas:

- A conjuntura econômica nacional. A atuação do banco está enraizada num contexto econômico mais amplo; desse modo, as oscilações do mercado afetam tanto a economia doméstica dos moradores quanto à cadeia produtiva (afetando os comerciantes) e provocam aumento de inadimplência.

- Os custos institucionais da experiência estão cada vez mais altos na proporção que aumenta o número de famílias envolvidas no projeto. Os vários produtos do banco têm um poder de articulação e mobilização da comunidade que não corresponde à capacidade operacional de atendimento. O banco já não consegue realizar suas atividades de forma manual. O número de ações vem aumentando no último ano e o sistema ainda não está informatizado, criando dificuldades para o controle contábil e das operações financeiras. Seria necessário um programa de computação específico, principalmente para o controle dos créditos.

- A capacitação da equipe, formada totalmente por líderes comunitários, com pouca escolaridade. A estrutura do banco fica cada dia mais complexa exigindo uma equipe mista formada por técnicos e comunitários, de forma que a interação de saberes possa suprir as necessidades e exigências sociais, pedagógicas, técnicas e administrativas.

- Palmas fica impossibilitado de aumentar sua carteira de crédito uma vez que a legislação brasileira proíbe qualquer tipo de captação de recursos que não seja regulamentada pelo Banco Central. Isso faz com que o banco fique sempre na dependência de novos empréstimos ou da cooperação internacional.

- Os empréstimos iniciais realizados para compor a carteira começaram a ser pagos, comprometendo anualmente uma parte da carteira do banco o que pode vir a prejudicar o fundo de crédito (JARDIM: OTERO, 2004).

Os desafios e limites enfrentados pelo Banco Palmas são comuns a quase totalidade dos empreendimentos locais, de cunho solidário. No que diz respeito aos desafios estes estão no raio de ação dos atores locais, enquanto os limites dependem muito mais da ação de entidades situadas fora do contexto da iniciativa.

- Criar instrumentos de difusão, sistematizando de forma pedagógica a experiência do banco, de forma a possibilitar a comunicação com outros municípios e o poder público.
- Ampliar o sistema de trocas de produtos e serviços, com moeda social (própria), grupos de trocas solidárias como alternativa ao mercado formal, possibilitando a aquisição de bens e serviços por qualquer morador que ofereça seu próprio trabalho.

- Ampliar e estruturar a Escola de Sócioeconomia Solidária, difundindo e capacitando outros moradores, organizações sociais e poder público para as práticas da Economia Solidária, como estratégia de criação de programas de desenvolvimento local, que garantam o acesso aos mais pobres, com distribuição de renda e justiça social.

- Concluir o estudo da cadeia produtiva do bairro, para que o banco possa financiar a implantação de alguns empreendimentos básicos de fornecimento dos principais insumos consumidos pelos prosumidores (produtores e consumidores) locais, evitando que a riqueza gerada no bairro saia para alimentar o capital financeiro especulativo.

- Buscar parcerias com cooperativas agrícolas no âmbito da economia solidária na perspectiva de vender alimentos para o Palmacard.

- Fazer uma campanha de captação para ampliar a carteira do banco.

- Intensificar junto aos produtores locais a discussão sobre ES, na perspectiva de reforçar a rede de cooperação entre estes, na compra de insumos, produção e comercialização, minimizando a interferência da economia de mercado no bairro (INSTITUTO DE TCNOLOGIA SOCIAL, 2004, p. 26-29)

7 CONCLUSÃO

Já há no seio da sociedade um consenso sobre a necessidade de combate à pobreza e às desigualdades sociais, a condição de pobreza e miséria, a qual está submetida uma significativa parcela da população mundial, favorece toda sorte de mazelas e violência. A urgência da questão suscita debates sobre qual a forma mais adequada de tratamento da questão.

Dentre os países da América Latina o Brasil é um dos que tem uma das piores distribuições de renda do mundo, perdendo apenas para Serra Leoa, na África, segundo dados do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), 2005. A questão da pobreza e das desigualdades sociais passa necessariamente por um receituário que busque, ao mesmo tempo, aumentar o desenvolvimento econômico e paralelo a isto promova a execução de programas de transferência condicionada- ação mitigadora- e programas que gerem emprego e renda, que sejam auto-sustentados e que aproveitem as potencialidades dos assistidos.

Nos atuais projetos de combate à pobreza e às desigualdades sociais vem ganhando destaque o conceito de desenvolvimento local. Este conceito suscita o desenvolvimento dentro de uma área geográfica limitada, propondo a gerência dos seus recursos e integração dos seus atores, entre si mesmos, com as entidades públicas e demais representantes da sociedade civil organizada. O seu objetivo é promover o desenvolvimento econômico de forma integrada e sustentada, nas dimensões social, ambiental e política.

O MC é utilizado mundialmente como ferramenta de combate à pobreza e às desigualdades sociais, as experiências neste ramo mostram que, quando aplicado dentro de uma metodologia específica- aval solidário e acompanhamento por um agente de crédito- , o MC torna-se um poderoso instrumento de enfrentamento da questão, assumindo um papel decisivo e complementar às políticas de caráter assistencial, produzindo resultados contundentes e efeitos duradouros sobre a organização e o desenvolvimento das comunidades.- a exemplo do Banco Grameen, de Bangladesh, e do programa Crediamigo do Banco do Nordeste, no Brasil. A eficácia do MC como ferramenta de combate à pobreza e às desigualdades sociais, no que diz respeito à geração de emprego e renda, é comprometida, quando a oferta do mesmo não é executada dentro da sua metodologia original. O fato de não estar atrelado a objetivos previamente acordados e claramente definidos e os seus resultados não serem acompanhados, para que as correções e ajustes, quando necessários, possam ser feitos, induz a que o sistema de MC não produza os efeitos desejados - por exemplo: o Banco Popular do Brasil, cuja taxa de inadimplência gira em torno de 20%. O fato da oferta de MC, estar condicionada à apresentação de garantias formais, quando se sabe que os potenciais usuários desta modalidade de credito são indivíduos que geralmente não possuem fontes formais de renda, demonstra o pouco interesse e a

falta de vocação de algumas entidades do sistema financeiro nacional para este segmento - por exemplo: os grandes bancos comerciais.

No Brasil todas as entidades que compõem o Sistema Financeiro Nacional (SFN), que estão autorizadas a conceder o crédito convencional, podem trabalhar com o MC, incluídas aí, as Sociedades de Crédito ao Microempreendedor (SCM) e as cooperativas de crédito. As ONGs que se enquadrem dentro do conceito de Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIP), podem ofertar MC porém, são licenciadas e monitoradas pelo Ministério da Justiça. Dentre as instituições que operam com o MC no Brasil a que mais se destaca é o Banco do Nordeste, através do programa Crediamigo que foi criado em 1998, e detém mais de 50% do volume das transações, operando dentro do conceito de MC produtivo e orientado, que consiste em ofertar exclusivamente crédito para microempreendedores - não oferece crédito para o consumo, nem outros serviços financeiros.

Apesar do sucesso enquanto ferramenta de combate à pobreza e às desigualdades sociais, a simples oferta de Microcréditos não é suficiente para induzir ao desenvolvimento local, sustentado e integrado, para este fim se faz necessária à constituição de uma ferramenta que combine mecanismos de mercado, apoio estratégico do Estado e de organizações civis, além do apoio comunitário, podendo trabalhar, inclusive, no outro extremo que é a captação dos recursos a serem disponibilizados- caso seja permitida pele legislação-, oferecendo uma gama maior de produtos e serviços financeiros tais como: poupança popular; crédito para moradia; seguros; crédito para emergências; cartão de crédito popular; dentre outros. A associação destes mecanismos configura um sistema de microfinanças, que é disponibilizado para a camada da população que não tem acesso ao sistema creditício formal. As microfinanças, efetivamente, não são uma mera ferramenta de distribuição de créditos estas são, em verdade, indutoras do desenvolvimento local, e as instituições que operam dentro da sua lógica se diferenciam das instituições financeiras em geral, inclusive Sociedades de Crédito ao Microempreendedor, por compreender e aplicar o crédito como uma atividade meio e não uma atividade fim, portanto tendem a ser mais eficientes, no que diz respeito à geração de emprego, renda e combate à pobreza e às desigualdades sociais.

Nos últimos anos a ES vem se mostrando como um modelo viável de enfrentamento da questão da pobreza e das desigualdades sociais no Brasil, privilegiando os traços culturais, as relações de parentesco, de vizinhança e afetivas, observa-se o crescimento no número de empreendimentos solidários no país. Em termos práticos a ES é definida, segundo a SENAES, 2005, "como o conjunto de atividades econômicas – de produção, distribuição, consumo, poupança e crédito – organizadas e realizadas solidariamente por trabalhadores e trabalhadoras sob a forma coletiva e autogestionária. Nesse conjunto de atividades e formas de organização destacam-se quatro importantes características: cooperação, autogestão, viabilidade econômica e solidariedade. É necessário perceber que essas características, embora sejam complementares e nunca funcionem isoladamente, podem ser observadas e compreendidas objetivamente como categorias analíticas diferentes, mas sempre presentes na Economia Solidária". A viabilidade da implementação da economia solidária no Brasil está diretamente ligada ao apoio da sociedade civil organizada, em parceria com os centros acadêmicos, que devem atuar no sentido de fundamentar um arcabouço teórico, e principalmente ao apoio por parte do Estado, em todas as suas esferas.

Há uma confluência de objetivos e interesses entre os conceitos de microfinanças e desenvolvimento local, e estes se enquadram perfeitamente dentro da fundamentação teórica da ES, sendo efetivamente utilizadas nos seus experimentos práticos.

A ES adota os conceitos do desenvolvimento local sustentado e das microfinanças, inserindo-os no seu arcabouço teórico, do qual já fazem parte, a autogestão, a confiança, a cooperação, a democracia, a auto-sustentação, o desenvolvimento humano, a responsabilidade social e o controle social, conformando os princípios fundamentais do desenvolvimento solidário. A ES proporciona um alicerce teórico aos conceitos de desenvolvimento local e microfinanças e a oportunidade do exercício prático dos seus processos e ferramentas, os quais ganham forma e identidade dentro das experiências em curso, elaboradas e gestadas dentro dos princípios solidários articulando os vários segmentos da sociedade, no intuito de gerar emprego, renda e combater à pobreza e às desigualdades sociais.

O conceito de microfinanças vai muito além da simples oferta de MC produtivo e orientado, possibilitando também, de acordo com as características e interesses das instituições que

trabalham com esta modalidade de crédito, a oferta de financiamento para o consumo- reforma ou construção de imóveis, tratamento médico, dentre outros fins. Utilizando o mecanismo do aval solidário; a captação de recursos através de poupanças programadas ou títulos de capitalização, alguns modelos de instituição de microfinanças trazem a possibilidade da sua gestão ser conduzida pela própria comunidade.

O Banco Palmas e um exemplo emblemático de entidade que opera dentro do conceito de desenvolvimento local, ofertando microcréditos - dentro do conceito de microfinanças -, trabalhando um modelo de geração de emprego e renda, enquadrado dentro dos requisitos da ES.

Apesar de ser reconhecido como um dos empreendimentos de ES mais exitosos do Brasil - ganhou recentemente o Prêmio Tecnologia Social 2005 da Fundação Banco do Brasil na região Nordeste que identifica soluções efetivas de transformação social que podem ser reaplicadas em escala -, e já estar reaplicando a sua tecnologia em outras comunidades, através de uma parceria com a SENAES, os resultados alcançados pelo Banco Palmas, em termos qualitativos são animadores, em termos quantitativos, parecem ainda não refletir todo o potencial deste modelo de empreendimento microfinanceiro. Os números do Banco Palmas parecem demonstrar a falta de apoio quando da implementação do projeto, bem como dos limites impostos pela legislação, no que diz respeito às instituições financeiras.

A despeito dos desafios e limites enfrentados pelo modelo de desenvolvimento proposto pela ES e pelo sistema de microfinanças, a melhoria no desempenho do Banco Palmas, passa por uma mudança na legislação, com um marco jurídico que permita aos chamados Bancos Comunitários, ou Bancos do Povo, ou Bancos Populares passem da condição de OSCIP, onde são reguladas e controladas pelo Ministério da Justiça, para a condição de entidades integrantes do Sistema Financeiro Nacional, gozando dos mesmos benefícios que as demais entidades possuem, principalmente os bancos comerciais.

Uma outra possível solução seria a transformação dos bancos comunitários em cooperativas de crédito, de livre associação, que se integrariam em forma de rede, aumentando o raio de atuação destas entidades solidárias de microfinanças.

REFERÊNCIAS

AGÊNCIA SEBRAE DE NOTICIAS**. Banco Palmas promove renda e trabalho.** Disponível em:<http://asn.interjornal.com.br>. Acesso em: 29 jun. 2006.

ARRUDA, Marcos. Situando a economia solidária. In: ECONOMIA solidária**:** desafios para um novo tempo. Salvador: FLEM, 2003, p.19-31.

ATLAS DO DESENVOLVIMENTO HUMANO BRASIL 2000. **Perfil Estadual – Bahia.** Disponível em: <http://www.pnud.org.br/atlas/>. Acesso em: 17 mai. 2006.

BAHIA.SECRETARIA DE COMBATE À POBREZA E ÁS DESIGUALDADES SOCIAIS DA BAHIA. Disponível em: <http//www.secomp.ba.gov.br>. Acesso em: 14 dez. 2005.

BANCO DO BRASIL. **Banco Popular do Brasil.** Disponível em: <http://www.bb.com.br/appbb/portal/voce/pop/ApresentacaoInstitucional.jsp-23k->. Acesso em: 22 mar. 2006.

BANCO PALMAS. **Instituto Banco Palmas**. Disponível em: <http://www.bancopalmas.org.br/>. Acesso em: 31abr. 2006.

BAPTISTA, Creomar. Bahia **–** das políticas sociais setorializadas ao combate à pobreza às desigualdades sociais**.** In: POBREZA e desigualdades sociais. Salvador: SEI, 2003, p. 267-283.

BARONE, Francisco Marcelo et al. **Introdução ao microcrédito.** Brasília: Conselho da Comunidade Solidária, 2002. 65 p.

BARROS, Ricardo Paes de; MACHADO, Ana Flávia; MENDONÇA, Rosane Silva Pinto de. **A Desigualdade da Pobreza:** estratégias ocupacionais e diferenciais por gênero. Rio de Janeiro: IPEA, 1997. 39 p.

BITENCOURTT, Gilson. **Microcrédito e microfinanças no governo Lula**. Brasília: MF, 2005.

BRASIL. MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO. **Bancos comunitários destinam recursos para pequenos produtores.** Disponível em: <http://www.mte.gov.br/noticias/conteudo/11475.asp.> Acesso em: 28 abr. 2006.

BRASIL. SECRETARIA NACIONAL DE ECONOMIA SOLIDÁRIA. **Programa Economia Solidária em desenvolvimento.** Disponível em: <http://www.mte.gov.br/empregador/EconomiaSolidaria/default.asp>. Acesso em: 14 jul. 2006.

CALDAS, Eduardo. **Da experiência do microcrédito à microfinança.** Disponível em: <http://www.polis.org.br/download/30.pdf>. Acesso em: 28 nov. 2005.

CARVALHO, Inaiá Maria Moreira de. **Família e pobreza**. In: POBREZA e desigualdades sociais. Salvador: SEI, 2003, p.117-134.

CEPAL (COMISSÃO ECONÔMICA PARA A AMÉRICA LATINA E CARIBE). **Enfrentando o futuro da proteção social:** acesso, financiamento e solidariedade. Santiago: Nações Unidas, 2006. 56 p.

CEPAL (COMISSÃO ECONÔMICA PARA A AMÉRICA LATINA E CARIBE 2005). **Síntesis del Panorama social de América Latina.** Disponível em: <http://www.eclac.org/>. Acesso em: 17 mar. 2006.

CORRAGIO, José Luis. (Entrevista) Distintos conceitos para o entendimento da Economia Solidária. **Bahia análise e dados**, Salvador, SEI, v.12, nº 1, p. 35- 45, 2002.

DELL GROSSI, Mauro Eduardo; Pobreza rural e agrícola no Brasil. In: POBREZA e Desigualdades Sociais. Salvador: SEI, 2003. p.181-196.

FÓRUM BRASILEIRO DE ECONOMIA SOLIDÁRIA. **Banco Comunitário promove inclusão sem dependência**. Disponível em: <http://www.fbes.org.br/index.php?option=com_content&task=view&id=565&Itemid=74-31k->. Acesso em: 11 jun. 2006.

FRANÇA, Genauto. Terceiro setor, economia social, economia solidária e economia popular: traçando fronteiras conceituais. **Bahia análise e dados**, Salvador, SEI,v.12, n.1, p. 09-19, 2002.

FRANÇA, Genauto; LAVILLE, Jean-Louis. **A economia solidária:** uma abordagem internacional. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2004. 200 p.

FUNDAÇÃO BANCO DO BRASIL. **Sem economia na hora de ser solidário** Disponível em: <http://www.fbb.org.br/portal/pages/publico/expandir.fbb?codConteudoLog=2328-52k->.Acesso em: 23 jun. 2006.

FUKUDA-PARR, Sakiko. **Operacionalizando os ideais de Amartya sobre capacidades**. Disponível em: <http://www.soo.sdr.sc.gov.br/index.php?option=com_docman&task=doc_download&gid=70–>. Acesso em: 12 ago. 2006.

GAIGER, Luis Inácio. **A economia solidária frente a novos horizontes.** Disponível em: <http://www.ecosol.org.br/bib2.htm - 40k>. Acesso em: 14 jan. 2006.

GEDIEL, José Antonio. O marco legal e as políticas públicas para economia solidária. In**:** ECONOMIA solidária**:** desafios para um novo tempo. Salvador: FLEM, 2003. p.115-122.

GERANEGÓCIO. **Microcrédito**. Disponível em: <http://www.geranegocio.com.br/html/geral/p11-micro.htm>. Acesso em: 12 jan. 2006.

GUIMARAES, José Ribeiro Soares. Pobreza e desigualdade no Brasil: do discurso hegemônico e medição espúria às raízes da questão. In: POBREZA e desigualdades sociais. Salvador, SEI,v.12, nº 1, p. 85-115, 2002.

HUNT, E. K. **Historia do Pensamento Econômico**. Rio de Janeiro: Campus, 1989. 541 p.

IBGE (INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA). **Principais destaques da evolução do mercado de trabalho nas seis regiões metropolitanas abrangidas pela pesquisa mensal de emprego do IBGE:** Recife, Salvador, Belo Horizonte, São Paulo, Rio de Janeiro e PortoAlegre.Disponívelem:<http://www.ibge.gov.br/home/estatistia/indicadores/trabalhoerendimento/pme_nova/estudos_evolucao.pdf>. Acesso em: 21 mar. 2006.

INSTITUTO DE TECNOLOGIA SOCIAL. **Tecnologia social:** desenvolvimento, local, participativo e sustentável nos municípios. São Paulo: ITS, 2004. 61p.

INSTITUTO ETHOS. **Banco Palmas democratiza acesso ao crédito e ao consumo**. Disponível em: <http://www.ethos.org.br/DesktopDefault.aspx?TabID=3345&Lang=ptB&Alias=Ethos&itemNotID=7629 - 44k>. Acesso em: 07 jun. 2006.

IVO, Anete Brito Leal. **Políticas sociais de combate à pobreza nos anos 90:** novas teses, novos paradigmas. In: POBREZA e desigualdades sociais. Salvador: SEI, 2003, p. 7-27.

KERSTERNETZKY, Célia Lessa. Desigualdade e pobreza: lições de Sen. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, vol. 15, n. 42, p.113-122, 2000. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rbcsoc/v15n42/1740.pdf>. Acesso em: 12 ago. 2006.

KLIKSBERG, Bernardo. Como enfrentar a pobreza – Novas idéias em política e gestão pessoal. In: POLÍTICAS sociais: instrumentos de justiça social. Salvador: FLEM, 2002, p. 13-31.

LAVILLE, Jean Louis. Globalização e solidariedade. In: ECONOMIA solidária**:** desafios para um novo tempo. Salvador: FLEM, 2003, p. 13-18.

LIMA, Ana Luiza Codes. Combate à pobreza na América Latina: uma abordagem comparativa. In: POBREZA e desigualdades sociais. Salvador: SEI, 2003a. p.47-64.

LIMA, Ana Luiza Codes. O fenômeno da Economia Solidária**:** reflexões em um campo de estudo controverso. **Integração**, São Paulo: FGV, v.6, n.25, 2003b. Disponível em: <http://integracao.fgvsp.br/ano6/04/administrando.htm>. Acesso em: 18 mai. 2006.

MACEDO, Lílian de. **Proibição de criar cooperativas de crédito fez surgir bancos comunitários.** Disponível em: <http://www.radiobras.gov.br/materia_i_2004.php?materia=217255&editoria=&q=1>. Acesso em: 28 abr. 2006.

MAGALHAES, Rosana. Integração, exclusão e solidariedade no debate contemporâneo sobre as políticas sociais. **Cad. Saúde Pública**, Rio de Janeiro: Fundação Oswaldo Cruz, v.17, 2001.

MARICATO, Ermínia. Dimensões da tragédia urbana. In: POBREZA e desigualdades sociais. Salvador: SEI, 2003, p. 175-180.

MEDEIROS, Marcelo. Educação, mercado de trabalho e renda. In: POLÍTICAS sociais: instrumentos de justiça social. Salvador: FLEM, 2002, p.13-31.

MELO NETO, Joaquim; MAGALHÃES, Sandra. **Bairros pobres ricas soluções:** Banco Palmas, ponto a ponto. Fortaleza: Expressão Gráfica, 2003, 118 p.

MENDONÇA, Eduardo Luiz de. Reflexões críticas sobre a pobreza e sua mensuração no Brasil dos anos 1990. In: POBREZA e desigualdades sociais. Salvador: SEI, 2003, p. 75-84.

NICHTER, Simeon; GOLDMARK Lara; FIORI, Anita. **Entendendo as microfinanças no contexto brasileiro.** Rio de Janeiro: BNDES, 2002. 62p.

NUNES, Débora. A construção de uma experiência de Economia Solidária num bairro de periférico de Salvador. **Bahia análise e dados**, Salvador, SEI, v.12, n.1, p. 59-76, 2002.

OBJETIVOS DE DESENVOLVIMENTO DO MILÊNIO. **Vamos parar de descumprir promessas?** Disponível em: <http://www.onu-brasil.org.br>. Acesso em: 05 abr. 2006.

OLIVEIRA FILHO, Antonio Valdir. **O Projeto do Banco Popular do Brasil.** Disponível em: <http://www.bcb.gov.br/pre/SeMicro4/Palestras/Antonio%20Valdir.ppt->. Acesso em: 22 abr. 2006.

OSÓRIO, Rafael Guerreiro; MEDEIROS, Marcelo. Concentração de renda e pobreza na Bahia. In: POBREZA e desigualdades sociais. Salvador: SEI, 2003. p.249-266.

PALOCCI FILHO, Antonio. **EM Nº 00138/2003 – MF. Brasília: MF, 2003.** Disponível em: <http://www.camara.gov.br/sileg/integras/143932.htm>. Acesso em: 22 jun. 2006.

PARENTE, Silvana. **Canais de crédito e desenvolvimento local.** Disponível em: <http://www.desenvolvimentolocal.org.br/ imagens/mapeamento/PDL029.doc ->. Acesso em: 13 dez. 2005.

PARENTE, Silvana. **Falta política articulada de microcrédito.** Fortaleza, Produtora Primapagina, 03 fev. 2006. Entrevista a Fabiano Angélico. Disponível em: <http://www.pnud.org.br/noticias/index.php?id01=1779-37k>. Acesso em: 12 jun. 2006.

PEDRÃO, Fernando. Superar a pobreza ou reverter o empobrecimento? Uma revisão das raízes da pobreza no Brasil. In: POBREZA e desigualdades sociais. Salvador: SEI, 2003, p. 235-247.

PEIXOTO, Patrícia. **Prejuízo do Banco Popular gera debate sobre modelo do microcrédito.** Disponível em:<http://www.ibmecsp.edu.br/imprensa/content.php?recid=162 - 14k ->. Acesso em: 13 jun. 2006.

PELLEGRINI, Elisa et al. Desenvolvimento local sustentável e combate à pobreza. In: POBREZA e desigualdades sociais. Salvador: SEI, 2003, p. 285-296.

POCHMANN, Marcio. **Economia Solidária no Brasil:** possibilidades e limites. Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/pub/bcmt/mt_24g.pdf>. Acesso em: 10 mar. 2006.

PNUD (PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO 2006a). **Objetivos de Desenvolvimento do Milênio**. Disponível em**:** **<**http://www.pnud.org.br/odm/index.php>. Acesso em: 06 mai. 2006.

PNUD (PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO 2006b). **Falta política articulada de microcrédito.** Disponível em: <http://www.pnud.org.br/pobreza_desigualdade/entrevistas/index.php?id01=1779&lay=pde>. Acesso em: 27 jun. 2006.

RELATÓRIO DO DESENVOLVIMENTO HUMANO 1997. Disponível em: <http://www.undp.org.br/HDR/Hdr97/rdh97.htm>. Acesso em: 03 jul. 2006.

RELATÓRIO DO DESENVOLVIMENTO HUMANO 2000. **Índice de desenvolvimento humano (IDH).** Lisboa: Trinova, 2000. 3 p.

RELATÓRIO DO DESENVOLVIMENTO HUMANO 2005. **Cooperação internacional numa encruzilhada:** ajuda, comércio e segurança num mundo desigual. Lisboa: Unipessoal, 2005. 40p.

SALLES, Vânia; TUIRÁN, Rodolfo. Três propostas conceituais e alguns argumentos metodológicos a considerar na pesquisa sobre a pobreza. In: POBREZA e desigualdades sociais. Salvador: SEI, 2003, p. 65-74.

SCHWARTZMAN; Simon. **Notas sobre o paradoxo da desigualdade no Brasil.** Rio de Janeiro: RWI. Disponível em: <http://www.schwartzman.org.br/simon/paradoxos.htm/>. Acesso em: 30 jun. 2006.

SEBRAE.**Cooperativa de Crédito.** Disponível em: <http://www.ce.sebrae.com.br/paginas/produtosservicos/creditocooperativa.php>. Acesso em: 03 jul. 2006.

SEBRAE. **Legislação de Microcrédito.** Disponível em: <http://www.sebrae.com.br/br/parasuaempresa/legislacaodemicrocredito.asp>. Acesso em: 03 jul. 2006.

SEN, Amartya Kumar. **Desenvolvimento como liberdade** São Paulo: Cia. das Letras, 2000. 414 p.

SILVA, Roberto Alves da Silva; SCHIOCHET, Valmor; BERTUCCI, Jonas de Oliveira. **Mapeamento da Economia Solidária no Brasil:** o desafio de mostrar o que não está visível.

Disponível em: <http://www.mte.gov.br/delegacias/sc/conteudo/noticias/artigo01.pdf>. Acesso em: 14 jul. 2006.

SINGER, Paul. **Globalização e desemprego:** diagnóstico e alternativas. São Paulo: Contexto, 1988. 144 p.

SINGER, Paul. O combate à pobreza e suas vítimas. **Bahia Análise e dados**, Salvador, SEI, v.12, p. 21- 23, 2002.

SINGER, Paul; SOUZA, André Ricardo de. **A economia solidária no Brasil, A:** a autogestão como resposta ao desemprego. São Paulo: Contexto, 2000. 360 p.

SOUZA, Laumar Neves de; MENDONÇA, Joseanie; LOURENÇO, Roberta. Florescendo solidariedade. **Bahia Análise e dados**, Salvador, SEI, v.12, p. 93-101, 2002.

TOSCANO, Idalvo. **Bancos populares de desenvolvimento solidário.** Disponível em: <http://www.polis.org.br/download/27.pdf>. Acesso em: 30 jun. 2006.

TOSCANO, Idalvo. **Financiando os mais pobres dentre os pobres.** Disponível em: <http://www.fbes.org.br/>. Acesso em: 30 jun. 2006.

TURNES, Valério et al. **Projeto meu lugar:** transformar regiões administrativas em territórios de desenvolvimento. Florianópolis: Cidade Futura, 2004. 184 p.

WERTHEIN, Jorge; CUNHA, Célio da. Políticas de educação e combate à pobreza. In: POBREZA e Desigualdades Sociais. Salvador: SEI, 2003. p. 227-233.

ZIMMERMANN, Patrícia; SPITZ, Clarice. **Brasil é oitavo país em desigualdade social, diz pesquisa.** Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/folha/cotidiano/ult95u112798.shtml-26k->. Acesso em: 28 mar. 2006.